

Larissa Hortência Moreira da Silva

**FEMINISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS
PEDAGÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA
FORMAÇÃO MAIS EQUÂNIME**

Passo Fundo

2024

Larissa Hortência Moreira da Silva

FEMINISMO E EDUCAÇÃO: DESAFIOS
PEDAGÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA
FORMAÇÃO MAIS EQUÂNIME

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Eldon Henrique Mühl.

Passo Fundo

2024

CIP – Catalogação na Publicação

S586f Silva, Larissa Hortência Moreira da
Feminismo e educação [recurso eletrônico] : desafios
pedagógicos na construção de uma formação mais equânime /
Larissa Hortência Moreira da Silva. – 2024.
1.39 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Eldon Henrique Mühl.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de
Passo Fundo, 2024.

1. Feminismo e educação. 2. Professores - Formação.
3. Igualdade - Gênero. 4. Educação e Estado. I. Mühl, Eldon
Henrique, orientador. II. Título.

CDU: 37:396

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

Larissa Hortência Moreira da Silva.

Feminismo e educação: desafios pedagógicos na construção de
uma formação mais equânime.

A banca examinadora abaixo APROVA, em 23 de setembro de 2024 a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial de exigência para obtenção do grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Fundamentos da Educação.

Dr. Eldon Henrique Mühl - Orientador.
Universidade de Passo Fundo - UPF.

Dra. Neide Cardoso de Moura - Examinadora Externa.
Universidade da Fronteira Sul - UFFS.

Dr. Marcelo José Doro - Examinador Interno.
Universidade de Passo Fundo - UPF.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais: minha mãe Otilia (*in memoriam*) e ao meu pai Nereu. Sou grata por todo o amor e zelo, principalmente por sempre investirem em meus estudos e pela motivação a seguir essa linda caminhada de ser educadora. Agradeço à minha mãe e melhor amiga pelas nossas leituras compartilhadas desde pequena, pelas noites frias que me aguardava chegar da Universidade, na época da graduação, para saber sobre meus estudos e às palavras que me faziam acreditar no mundo o qual me espera lá fora. Gratidão ao meu pai por me fazer acreditar que há milhões de possibilidades me aguardando, por todas as vezes que me ouviu falar de minha pesquisa e pela paciência de compreender minha ausência nos jantares diariamente.

Agradeço às minhas irmãs e ao meu irmão: Mônica, Luciano, Marcela e Luciana. Em especial, minha amada irmã Marcela, que assumiu o papel materno em minha vida, segurando minha mão em todo esse momento, sempre me dando empurrãozinhos para que pudesse ser forte em todo esse processo. Por ser exemplo de resistência feminina em minha vida, sendo minha inspiração diária e motivo de falar sobre a importância de estarmos rodeados de forças femininas. Agradeço ao meu doce sobrinho/afilhado Gabriel, meu companheiro de estudos e meu cobaia de pesquisa, que me cativa diariamente com sua curiosidade sobre o mundo e que, assim como a dinda, diz que já é mestrando. Agradeço ao meu cunhado Pablo, por todo o apoio e escutas nesse percurso.

Sou grata à minha amada afilhada Pietra, que recentemente me deu a honra de ser sua dinda de crisma. Pietra é um exemplo de uma nova geração de meninas que estão chegando para dar continuidade a nossa luta.

Agradeço ao meu queridíssimo orientador, Prof. Dr. Eldon Henrique Mühl, minha inspiração dentro e fora da sala de aula. Por sua forma de conduzir desde o Trabalho de Conclusão de Curso. Por sua amizade, por me ouvir em nossas orientações, essas que se tornavam os momentos mais aguardados do meu dia, talvez porque pudesse desabafar sobre minhas preocupações dentro da escola, buscando uma resposta do que fazer diante da situação. Por ser quem me faz acreditar na educação e em uma forma humanizada de educar. Pela sua paciência durante esse percurso. Agradeço por ter tido o privilégio de ser educanda e orientanda de um ser tão humano, referência dentro e fora do âmbito educacional. Espero representar para meus pequenos educandos, o que o prof. Eldon representa para mim.

Agradeço à minha banca: a Profa. Dra. Neide Cardoso de Moura por aceitar o convite de avaliar meu trabalho e pela forma delicada de avaliar meu desenvolvimento intelectual e a

minha escrita. Ao Prof. Dr. Marcelo José Doro pelas suas orientações em relação ao que poderia fazer em minha escrita durante as disciplinas do mestrado, por suas contribuições e palavras de carinho diante de minha desafiadora pesquisa. À Profa. Dra. Elisa Mainardi por me fazer acreditar que o mestrado não era só um sonho e sim, uma possibilidade, e por me incentivar nessa linda jornada.

Agradeço aos amigos de longa data: Bruno, Eduarda, Eduardo, Jonathan, Karoline, Luiza, Marina, Suelen, Suelin, Susana, Tayná e Yuri. Agradeço às amizades feitas durante esse percurso que o fizeram se tornar leve e descontraído: Andrezza, Carine, Catiane, Esther, Géverton, Luciane, Marisete, Priscila, Raquel e Thiago. Agradeço aos amigos que o destino me apresentou, na volta para casa: Douglas e Sophia. Agradeço ao André, Carol e Vanessa pelas caronas até Passo Fundo.

Gratidão à Escola Municipal de Ensino Fundamental Espírito Santo, pelas tardes liberadas para estudos presenciais. Agradeço a cada educando que passou por mim, em especial aos meus pequenos do Pré-Escolar 2024, que me encantam diariamente e me fazem me sentir viva dentro dessa área tão linda, cheia de descobertas e encantos que é a sala de aula na educação infantil.

Agradeço à Universidade de Passo Fundo, por tudo que me fez vivenciar desde 2016, por ser responsável em oportunizar momentos inesquecíveis, em especial, às minhas amadas educadoras da graduação: Profa. Ma. Elisabeth Foschiera, Profa. Ma. Elisabeth Maciel Nunes, Profa. Ma. Luciane Dadia Rodrigues e Profa. Dra. Maria Augusta D´Arienzo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc, por todos os ensinamentos transmitidos até aqui. Agradeço aos grupos de pesquisa: Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Educadores, Núcleo de Pesquisa em Filosofia e Educação – Nupefe e ao Formação Humana. Agradeço em especial, à Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, por abraçar as ideias sobre um grupo de pesquisa voltado para estudos a respeito das mulheres dentro do Programa. Agradeço à Profa. Dra. Margarita Sgro, da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, pelas nossas conversas e pelo seu incentivo em ir para Tandil para estudos.

Sou grata à Capes, por ter me possibilitado cursar o mestrado durante esses dois anos. Agradeço aos colegas da comissão de comunicação do PPGEduc-UPF pela parceria em nosso trabalho.

Agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram para que assim aqui eu pudesse escrever.

Dedico essa dissertação à minha mãe. Dedico a ela cada linha aqui escrita pelo embalo da nossa canção favorita. Dedico a ela que foi meu sol em vida e hoje é a minha estrela que brilha lindamente no céu. A ti Dona Otilia, dedico essa dissertação. Eu te amo infinito e além, mãe.

“Cresci numa pequena cidade, e quando a chuva caía eu apenas olhava pela janela, sonhando com o que poderia acontecer e se eu terminaria feliz. Eu rezava. [...] Eu abrirei minhas asas e aprenderei a voar. Eu farei o que for necessário até tocar o céu...”.

Canção: Breakaway (Kelly Clarkson).

RESUMO

A presente dissertação analisa o feminismo e seu vínculo com o âmbito educacional e apresenta algumas proposições que têm surgido na implementação de uma educação feminista na escola. O objetivo consiste em esclarecer a tarefa e a importância do feminismo na educação da nossa época, apresentando iniciativas pedagógicas que possam contribuir para o desenvolvimento de uma formação que promova a dignidade, a valorização e o respeito à condição feminina na escola, como também na sociedade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza reflexiva e crítica sobre a questão do feminismo na educação, ressaltando o papel formativo da escola. A estrutura apresenta, inicialmente, um breve histórico do feminismo e sua crescente articulação com a educação e, na sequência, analisa a questão do feminismo no corrente contexto neoliberal. No capítulo final são apontadas as perspectivas e proposições educativas relatadas por educadores como Bell Hooks, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Nancy Fraser, Raewyn Connel, Joan Scott, Audre Lorde, Paulo Freire, Guacira L. Louro, Chimamanda N. Adiche, Tomaz Tadeu da Silva e outros pesquisadores e educadores. A finalidade principal é o desenvolvimento da educação feminista com alunos da educação fundamental. A conclusão destaca a importância, bem como a necessidade de incluir a educação feminista na escola, como condição para superar as discriminações decorrentes de uma cultura machista e patriarcal.

Palavras-chave: Educação. Feminismo. Gênero. Formação da criança.

ABSTRACT

This dissertation analyzes feminism and its link with the educational sphere and presents some propositions that have emerged in the implementation of feminist education at school. The objective is to clarify the task and importance of feminism in education in our time, presenting pedagogical initiatives that can contribute to the development of training that promotes dignity, appreciation and respect for the female condition at school, as well as in society. This is a bibliographical research of a reflective and critical nature on the issue of feminism in education, highlighting the formative role of the school. The structure initially presents a brief history of feminism and its growing articulation with education and, subsequently, analyzes the issue of feminism in the current neoliberal context. In the final chapter, educational perspectives and propositions related by educators such as Bell Hooks, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Nancy Fraser, Raewyn Connel, Joan Scott, Audre Lorde, Paulo Freire, Guacira L. Louro, Chimamanda N. Adiche, Tomaz Tadeu da Silva and other researchers and educators. The main issue is the development of feminist education with elementary school students. The conclusion highlights the importance, as well as the need, of including feminist education at school, as a condition to overcome discrimination arising from a sexist and patriarchal culture.

Keywords: Education. Feminism. Gender. Child formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eu, aos 2 anos, usando a bandana e a blusa da marca Lilica Repilica.....	19
Figura 2 - Eu, aos 9 anos, usando o uniforme da minha primeira escola	20
Figura 3 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 1800.....	36
Figura 4 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 1900.....	37
Figura 5 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 2000.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONTEXTUALIZANDO O FEMINISMO.....	16
2.1	Reflexões em torno da minha formação feminista e o surgimento do tema da investigação	16
2.2	O que é o feminismo e quais são seus desafios.....	23
2.3	O feminismo no Brasil: algumas iniciativas e lutas	33
3	FEMINISMO E EDUCAÇÃO: TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO NEOLIBERAL	48
3.1	Contextualizando a origem das lutas feministas: a educação da mulher na ordem patriarcal e sua atualização.....	48
3.2	Gênero, identidade e relações pedagógicas na escola: a presença da mulher na educação	53
3.3	Concepções, princípios e diretrizes de uma pedagogia feminista: Freire e Bell Hooks.....	56
4	FEMINISMO E EDUCAÇÃO: INICIATIVAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS.....	64
4.1	Iniciativas e políticas de educação feminista na escola	64
4.2	Feminismo, currículo e educação escolar: por um saber superador do androcentrismo.....	74
4.3	O feminismo trabalhado nos detalhes da escola: práticas não sexistas e formação de coletivos emancipadores	77
4.4	Docência e feminismo: educação, cuidado e afetividade	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Sabemos da crescente importância do debate sobre feminismo na sociedade em que estamos inseridos. Trata-se de um tema que apresenta muitas ambiguidades, uma diversidade de compreensões e de análises que precisam ser esclarecidas. O surgimento do feminismo foi decorrente, inicialmente, da luta das mulheres no combate à discriminação e opressão feminina, tendo por principal objetivo a desconstrução da cultura patriarcal, a promoção dos direitos das mulheres e a equidade de gênero. O movimento buscou o empoderamento e a autonomia do gênero feminino como protagonista de sua própria vida e uma participação mais efetiva na vida política e na conquista dos seus direitos. Progressivamente, a luta passou a envolver diversas outras dimensões, levando a avanços significativos que não se restringiam mais à questão da condição das mulheres, mas à diversidade de gêneros e às lutas em torno da diferença.

A luta das mulheres por mudanças nas relações sociais e nos diversos aspectos que dizem respeito à convivência social, não é algo recente. Tal luta tem seu início no mesmo período histórico em que ocorre o começo dos sistemas de dominação, discriminação e opressão contra a mulher, atingindo toda a história da humanidade. No entanto, os registros dessas lutas, os avanços e as conquistas realizadas são ainda, no cotidiano, um desafio para todos os que partilham do mesmo desejo das mulheres, conviverem em uma sociedade na qual haja superação de todas as formas de discriminação e opressão.

No campo da educação, de modo especial, essa preocupação passa a ser entendida como um problema desafiador, pois sua inclusão tem apresentado muitos aspectos controversos que influem na formação humana. A questão do feminismo está deixando de ser um tema exclusivo das mulheres e se tornando um assunto de interesse de toda a humanidade, considerando os desafios os quais vem promovendo no sentido de uma sociedade mais justa e equânime. Por isso, precisamos buscar desenvolver estudos e análises sobre os diferentes movimentos que envolvem a questão, destacando, de maneira ampla, sua relação com a educação. Consideramos que a escola é um dos principais espaços em que a formação sobre o feminismo deve ocorrer, razão pela qual merece atenção especial por parte de educadores, pais, responsáveis e, evidentemente os próprios alunos.

Discorrer a respeito da temática feminista ainda se apresenta para muitos indivíduos, infelizmente, como um tabu, especialmente diante de visões conservadoras e tradicionais que surgem quando o tema é abordado. Para muitos, ele é compreendido como sendo um movimento de “esquerda” que representa uma ameaça à concepção tradicional de vida e à organização social vigente. Sustentados em concepções autoritárias e machistas, bem como sem

conhecimento mais aprofundado sobre o assunto, muitos entendem que o tema irá influenciar nas questões que envolvem a sexualidade e o desenvolvimento sadio da educação. Acredita-se que na educação infantil e no ensino fundamental, especialmente nos anos iniciais, os educandos ainda não apresentam suficiente maturidade e mentalidade adequadas para trabalhar com o tema.

Em minhas vivências enquanto educanda, educadora e feminista, tenho me deparado com tal problema com frequência. Entendo que as resistências e os medos manifestados por pais, professores e as próprias crianças, decorrem de um processo de formação conservador, machista, autoritário e patriarcal que precisa ser enfrentado e transformado. Nesse sentido, a educação tem um papel de fundamental importância, devendo assumir sua função crítica, esclarecedora e transformadora.

A educação brasileira vem marcada por um passado histórico de negação social e de silenciamento intelectual de seus indivíduos, especialmente das mulheres e integrantes das camadas mais marginalizadas da sociedade. Muitos têm sido os percalços que as mulheres precisam enfrentar para serem reconhecidas e valorizadas, especialmente em determinados setores, como no campo da educação. A escola tem se apresentado, muitas vezes, como um espaço do exercício da violência simbólica¹, incudindo de maneira dissimulada os valores da cultura patriarcal, legitimando representações arbitrárias do masculino e do feminino e padrões de comportamento diferenciados de cada gênero, mas que geralmente, promovem a subserviência feminina ao masculino. Currículo, conteúdo, métodos, conceitos, falas, atitudes, expressões e comportamentos encontram-se, muitas vezes, impregnados de concepções e representações tradicionais, machistas, em que a mulher ainda ocupa um papel subalterno no âmbito das relações de gênero. As brincadeiras, os brinquedos, os jogos, a literatura e materiais didáticos, por exemplo, reforçam a lógica binária subjacente aos papéis de gênero, legitimando discriminações e desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

De outra parte, é exatamente nesse campo que se está tornando crescente a presença e a atuação da mulher brasileira, tanto como docente, quanto como educanda, já que ela vem ocupando um espaço importante na formação da identidade do Brasil. Sua ação e luta têm

¹ Termo criado por Pierre Bourdieu que considera como violência simbólica a coerção que se institui por intermédio da adesão do dominado ao dominante pela imposição de uma ordem que se estabelece por instrumentos de conhecimento tornado comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural. A violência simbólica ocorre no meio educacional na medida em que exclui o aluno que não se enquadra nos padrões impostos pela instituição educacional, logo deixando-o às margens do processo, o que, posteriormente, o leva ao desestímulo e finalmente à exclusão. A escola, nesse sentido, não busca incluir os desiguais, esses são tidos como preguiçosos, fracos e incapazes e o fracasso é atribuído a eles como falta de aptidão ou esforço diante às demandas da escola (Bourdieu, 1989).

contribuído intensamente para o rompimento do silenciamento e para a soltura de sua voz na batalha pelos seus direitos, assim como pela sua dignificação. Tal luta passa pelo combate aos preconceitos historicamente construídos por uma cultura machista, patriarcal e colonialista que sempre alimentou o descrédito no potencial intelectual, cultural e moral das mulheres.

A questão do feminismo se apresenta como um tema complexo, conflitivo, com muitas divergências no contexto da sociedade cotidiana em crise, sendo causa e consequência dessa mesma sociedade em crise. Ela é uma das razões dessa mesma turbulência e, em razão disso, precisa ser conhecida e discutida entre todos os participantes da sociedade, incluindo educadores, gestores, responsáveis e as crianças e adolescentes. A construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa passa necessariamente pela formação de novas gerações que compreendam a igualdade entre homens e mulheres, além da dignidade de todos os seres humanos.

O feminismo configura-se, inicialmente, como a ação política das mulheres no combate à discriminação e opressão historicamente sofridas, tendo como principal meta a desconstrução da cultura patriarcal, a promoção dos direitos das mulheres e a busca da equidade de gênero. Teve origem no movimento que buscava o empoderamento e a autonomia da população feminina, tornando as mulheres protagonistas de sua própria vida e propondo a transformação equitativa das relações de poder entre homens e mulheres. Com o avançar das lutas, a questão deixou de ser somente uma luta feminina estendendo-se a lutas que envolvem outros gêneros, articulando-se com outras batalhas sociais e de identidade.

Nessa luta feminista, a educação tem se constituído como uma instância estratégica, fundamental para o processo de mudança da cultura patriarcal e machista, assim como o empoderamento das mulheres. Os movimentos feministas, de outro modo, têm ao longo dos anos, atuado por meio de estratégias de formação e metodologias próprias e específicas, como seminários, encontros de debates, rodas de diálogo, cursos, comunicações e produções de toda ordem, apresentando uma perspectiva da educação democrática e a partir de teorias feministas, que partem das experiências concretas de vida das mulheres. O que se percebe é que a formação educacional feminista tem como principal finalidade a construção de sujeitos autônomos que incidam significativamente nos processos de transformação da sociedade em prol da equidade de gênero. Nesse processo, todos os gêneros precisam se envolver, pois a questão feminista não se restringe às lutas das mulheres. O que se propõe é uma educação feminista ampliada e aberta em que todos possam se envolver na luta contra a discriminação de qualquer natureza.

O objetivo geral da dissertação é esclarecer a tarefa e a importância do feminismo na educação atual e avaliar proposições pedagógicas que possam contribuir para o

desenvolvimento de uma formação que promova a dignidade, a valorização e o respeito à condição feminina na escola e na sociedade. Esse objetivo é complementado pelos seguintes objetivos específicos: 1) analisar momentos e fatos históricos que influenciaram a formação do feminismo; 2) identificar princípios e compreensões que foram se constituindo em referenciais nas lutas dos movimentos feministas; 3- esclarecer o nexo entre feminismo e a educação escolar, como também a tarefa da formação feminista na transformação da escola; 4) identificar proposições teóricas e práticas para o desenvolvimento de uma educação feminista no ensino fundamental.

A hipótese da dissertação é que a proposição de uma formação feminista com crianças pode ser profícua para o desenvolvimento da formação de indivíduos que lutam pelas causas do feminismo, implicando na dignificação da vida das meninas e das mulheres e pela formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, é fundamental que a escola se envolva nessa iniciativa oferecendo uma educação feminista para alunos de todas as idades, levando em consideração, evidentemente, a especificidades de cada faixa etária e de cada nível de ensino. Nossa proposição, nesse trabalho, envolve a educação de crianças da educação infantil até os adolescentes do ensino médio, crítica, além da análise hermenêutica dos referenciais que tratam dos movimentos feministas e da educação feminista, com destaque para algumas análises que se concentram nas vivências e nas compreensões as quais vão se desenvolvendo na escola.

Para o desenvolvimento da dissertação serão explorados diversos recursos, como artigos, livros, *podcasts*, sites e vídeos. Entre os autores de referência, destacamos as contribuições de Bell Hooks (2013; 2015), Judith Butler (2003), Simone de Beauvoir (2009), Betty Friedan (1971), Nancy Fraser (2024), Raewyn Connel (2016), Joan Scott (1995), Audre Lorde (2020), Paulo Freire (1978; 1992; 1997), Guacira L. Louro (1994; 2011), Chimamanda N. Adiche (2017) e Tomaz Tadeu da Silva (2016).

A estrutura da dissertação apresenta como itinerário de investigação os seguintes tópicos, que correspondem, respectivamente, aos três capítulos do desenvolvimento: a) Compreensão do significado do movimento feminista e contextualização das principais manifestações históricas; b) Problematização das concepções acerca do feminismo na formação humana e os desafios da educação feminista no contexto escolar; c) Identificação e análise crítica sobre as concepções e proposições prático-pedagógicas acerca do feminismo desenvolvidas nas escolas.

No capítulo “Contextualizando o feminismo”, depois de relatar o processo de meu envolvimento com a questão feminista desde minha infância até o ensino superior, apresento uma revisão geral sobre o tema feminismo, buscando reconstruir alguns dos momentos

importantes e seu desenvolvimento corrente. Trata-se de expor alguns momentos históricos do movimento feminista, suas lutas, conquistas e seus desafios, com destaque para o feminismo no Brasil e sua relevância para o desenvolvimento da igualdade de gênero, como também o reconhecimento dos direitos das mulheres. O capítulo denominado “Feminismo e educação: tendências da formação feminista no contexto neoliberal”, aborda o feminismo no contexto educacional e os seus desafios, ressaltando a temática como uma pauta fundamental na formação escolar da nossa época. Serão analisados os diversos desafios que nós, educadoras e educadores feministas, enfrentamos para que possamos trabalhar sobre o tema no contexto escolar. O capítulo final intitulado “Proposições pedagógicas para a educação feminista no contexto escolar e seus desafios”, apresenta e justifica algumas proposições práticas que podem contribuir para o desenvolvimento da educação feminista no âmbito escolar, desde a educação infantil ao ensino fundamental. O capítulo é concluído com a exploração das contribuições de diversos autores que auxiliam no desenvolvimento de uma educação feminista na escola, oferecendo referenciais teóricos, metodológicos e pedagógicos para fundamentar e orientar a educação feminista escolar.

2 CONTEXTUALIZANDO O FEMINISMO

Neste capítulo descreve-se a constituição histórica do movimento feminista, desde seus primeiros movimentos até as lutas cotidianas, destacando suas vertentes e principais ondas. Para introduzir o tema, apresento, inicialmente, uma breve autobiografia², apontando alguns momentos da formação recebida que contribuíram no meu envolvimento com a questão do feminismo. Na sequência, exponho uma breve visão histórica do feminismo e suas principais ondas, assim como tendências no contexto mundial. No terceiro tópico, analiso as tendências mais relevantes do feminismo no Brasil, destacando suas origens, principais iniciativas e temáticas.

2.1 Reflexões em torno da minha formação feminista e o surgimento do tema da investigação

Nasci no ano de 1998, no município de Carazinho. O ano foi marcado pelo lançamento do Windows 98³ e a estreia de Fatima Bernardes como a segunda mulher a atuar na bancada do Jornal Nacional⁴. Se formos situar no tempo, o feminismo passava pela sua terceira onda. Carazinho, mesmo sendo uma cidade interiorana, apresentava características que revelavam estar navegando nessa mesma onda⁵. Cresci em um lar no qual éramos mais mulheres (minha mãe, minhas três irmãs e eu) do que homens (meu pai e meu irmão). Sou a temporã da minha casa. Minhas irmãs e irmão já eram bem crescidos quando eu nasci. Minha família sempre foi muito católica, sendo assim, cresci participando da igreja e seguindo os rituais da instituição religiosa (batizado, comunhão e crisma). Evidentemente, absorvia as virtudes e os vícios de uma religião patriarcal, de tradição autoritária e, em certo grau, bastante machista. Por conta do trabalho do meu pai e com a mudança do meu irmão para outro Estado, ficávamos em casa somente as mulheres. Muitas vezes, minha mãe brincava conosco dizendo que “era a casa das cinco mulheres” (referência ao livro e à série “a casa das sete mulheres”⁶). Nossa rotina era:

² Por meio da autobiografia, apresento a forma pela qual fui educada e o quanto essa formação tem impactado minha vida até o momento. Para tanto, apresento todo o processo de desconstrução, ou seja, esclareço o que fez com que eu me interessasse pelo feminismo no âmbito educacional.

³ Foi lançado no formato RTM no dia 15 de maio de 1998. O lançamento na versão de varejo ocorreu no dia 25 de junho de 1998.

⁴ Jornal da Rede Globo, de grande audiência, exibido todas as noites, de segunda a sábado, em torno das 20h30min.

⁵ A terceira onda será apresentada no segundo subcapítulo intitulado como “O que é o feminismo e quais são seus desafios”, nas páginas 27 e 28.

⁶ Baseada no livro da escritora Leticia Wierzchowski (2002), com o mesmo título da novela, a minissérie produzida pela Rede Globo, apresenta cenas do período da Revolução Farroupilha, no que tange às vidas de sete mulheres da família do líder dos farrapos, Bento Gonçalves.

minhas irmãs saírem para os seus trabalhos, enquanto a minha mãe ficava cuidando dos afazeres do nosso lar. Quando meu pai e meu irmão estavam em casa, sempre nos ajudavam nas tarefas. Cresci ouvindo que meu pai sempre acompanhava a minha mãe nos serviços de nossa casa, algo raro na época, já que muitos homens não tinham o costume de auxiliar.

Iniciei a escola no ano de 2003, aos cinco anos. Era uma instituição particular, das irmãs franciscanas. O nome da instituição era Colégio Nossa Senhora da Glória, hoje Instituto de Educação Franciscana Nossa Senhora da Glória, no município de Carazinho. A educação oferecida seguia uma orientação religiosa, que conciliava a visão tradicional do catolicismo e as novas visões originárias da teologia e da pedagogia da libertação. Havia um certo rigor, mas as exigências eram menos rígidas do que as vivenciadas pelos meus pais em sua época. Prevalcia, porém, um maior controle sobre as meninas, às quais deviam seguir regras específicas quanto a vestimentas, comportamentos, brincadeiras, falas e atitudes. As meninas deviam ser mais comportadas do que os meninos. Nessa escola, estudei até o ano de 2007, ou seja, até aos nove anos.

Quando iniciei a vida escolar, recordo que estava sendo exibida a novela de Manoel Carlos, chamada “Mulheres apaixonadas”⁷. Por ser muito criança, não a assistia, mas trago na lembrança a existência de comentários sobre a trama. Só depois de alguns anos, tive a oportunidade de assistir a reprise e então pude perceber quão significativo foi o conteúdo trazido à tela, uma vez que tratava de temas sobre a condição e o papel da mulher, questionando alguns tabus sobre a condição feminina e o tema da violência contra a mulher.

Além desse fato, recordo-me de algumas outras circunstâncias e de algumas recomendações que circulavam naquele período. Não era permitido às meninas brincar com meninos, principalmente correr com eles. Devíamos ter boas notas e sermos caprichosas com o nosso material. O gosto pela cor deveria ser, preferencialmente, rosa, caso contrário, não éramos femininas o bastante. Às meninas eram oferecidos cursos de artesanato, enquanto os meninos eram incentivados para os esportes. Outra questão estava relacionada ao uniforme, pois deveríamos sempre usar calças/bermudas que passassem do joelho, enquanto os garotos poderiam usar calção. Eram recomendações elementares, mas que traduziam uma visão discriminadora sobre as meninas.

⁷ Novela exibida no horário das 20 horas na rede Globo. A trama do texto foi escrita pelo autor Manoel Carlos, que em quase todas as suas novelas colocava o nome de Helena como protagonista, fazendo uma referência à Helena de Troia, a mulher mais bela da Grécia. A novela mencionada, apresentava temáticas que na época eram consideradas tabus, como, por exemplo, relacionamentos entre duas mulheres e casos de violência doméstica, incentivando mulheres a denunciarem os seus companheiros.

Minha infância foi muito bem vivida, mas não sem repressões e enquadramentos aos padrões de identidade estabelecidos socialmente. Fui uma menina que brincava muito, gostava do que era lançado pelo mercado à época, como roupas e brinquedos. Entre os utensílios, estavam roupas e tiaras para enfeitar o cabelo, além da famosa Melissinha. Desde cedo, gostei de usar bandanas no cabelo, combinando com a roupa, calçados e com outros apetrechos da moda. A marca Lilica Repilica⁸, foi uma febre de consumo entre as meninas, estando presente na minha infância até a pré-adolescência. Desde muito pequena usava roupas da marca da Lilica, grife que influenciou muito o consumismo das crianças. Eu até mesmo fazia parte do clube da Lilica, com direito ao cartão de sócia. Dessa forma, desde que nasci vesti roupas padronizadas, caras e “do momento”. Usava diferentes acessórios (anel de letra, brincos, pulseira). Minha mãe não deixava usar muito acessórios, para não ficar exagerada. Hoje, percebo o quanto fui condicionada a absorver modelos estéticos que me exploravam ideológica e economicamente.

Outra febre, de consumo entre as meninas eram as bonecas da altura de uma criança, inspiradas em artistas que estavam fazendo sucesso. Essas eu também consumi, sem nenhuma culpa. A Mattel⁹ sempre lançava as bonecas dos filmes da Barbie, que eram as minhas favoritas, chegando a colecionar no total mais de 30 Barbies. Lembro-me, das minhas irmãs irem na vídeo-locadora para retirarem os filmes para que eu pudesse assistir. Por ser tão fã da Barbie, costumava colocar uma toalha branca na cabeça, para que representasse o cabelo no tom loiro, igual ao da personagem. Afinal, meu cabelo era no corte *chanel* e da cor preta, e na época, não havia bonecas com o mesmo estilo do meu cabelo.

Tudo isso me fez refletir, posteriormente, de como funciona o condicionamento do consumo. Meninas e mulheres, especialmente, são induzidas desde cedo a se adaptarem ao sistema capitalista, fazendo parte da máquina de reprodução do capitalismo. A indústria cultural tem um forte poder de influência sobre nossa vida, especialmente explorando padrões de comportamento de mulheres e de crianças. Através da imposição dos modelos de roupas e acessórios, são padronizados modos de ser e comportamentos que banalizam os valores e a própria sexualidade feminina, transformando as crianças desde cedo em consumidoras na sociedade capitalista. Por isso, é preciso identificar o que esses produtos culturais contêm de

⁸ É uma menina coala de personalidade forte. Foi criada no ano de 1991, em forma de boneca e também como marca de roupas e calçados. Um dos principais produtos foi a sandália Melissinha.

⁹ Empresa dos Estados Unidos, maior fabricante de brinquedos do mundo. Seus principais produtos são: bonecas Barbie e os carrinhos Hot Wheels.

comprometimento formativo em relação aos gêneros e às sexualidades, induzindo um consumo desenfreado, sem nenhuma crítica sobre as consequências que isso traz na vida das crianças.

Figura 1 - Eu, aos 2 anos, usando a bandana e a blusa da marca Lilica Repilica



Fonte: Autora, 2000.

Havia no jardim da minha residência, uma casa de bonecas, feita de madeira, com paredes brancas e janelas e porta cor rosa. Lá, eu passava as tardes brincando de ser professora, fazendo arrumação, limpando, imitando minha mãe nos seus afazeres. A minha casa de bonecas, era extremamente organizada. Toda vez que a limpava, minha mãe passava cera no assoalho para que a casinha ficasse cheirosa e o chão brilhoso. Como se pode perceber, eu fui introduzida ao consumo da indústria cultural da época, absorvendo e sendo absorvida pelo consumismo do que era oferecido às crianças, especialmente às meninas. Estava aprendendo, pelo brincar, a me tornar uma boa dona de casa e uma boa consumista. Nessa época eu era conhecida por ser a menina que usava laços nos cabelos o que, pensava eu, me deixava extremamente feminina, uma exigência da formação das meninas impostas a partir da propaganda e alimentadas pelo consumismo de padrões estéticos. Explorando a infância, o sistema de propaganda foi impondo padrões que consolidavam a minha subserviência e o acatamento de meu papel de

consumidora. A docilidade alimentada pelo consumismo facilitava essa submissão, tornando-me uma criança mercadoria.

Tal situação começa a mudar quando iniciei a frequentar a escola, que começou a exigir que eu usasse o uniforme escolar. Ainda que não tenha representado uma total ruptura dos meus hábitos de vestir, o uso do uniforme escolar me levou a perceber de outro modo a questão do vestir. Deixei de ser modelo para ser estudante.

Figura 2 - Eu, aos 9 anos, usando o uniforme da minha primeira escola



Fonte: Autora, 2007.

No início de 2008, dias antes de completar dez anos, mudei de cidade. Após surgir a oportunidade de comprar a casa dos meus avós maternos, meus pais resolveram mudar para o Distrito de Vista Alegre, no município de Colorado. Ao me mudar de cidade, troquei também de escola. Essa era menor e a turma era pequena, composta de cinco meninos e quatro meninas. Não foi fácil me adaptar. Mesmo fazendo novas amizades, me sentia excluída. Apesar de ser sempre elogiada pelo bom comportamento, sentia dificuldade em interagir com os colegas. Era vista como a mais delicada, pois era extremamente cuidadosa com os meus cabelos, gostava de usar tiaras que combinassem com minhas roupas. Por um certo, tempo comecei a me interessar por esportes, em especial o que era mais praticado na escola, o futsal. Cheguei a disputar

torneios. Mas não investi, pois não me saía muito bem como atleta e também não havia muitas meninas interessadas no esporte. Percebia que havia um ar de discriminação dessa modalidade para as meninas, expressa na falta de incentivo.

Recordo-me ainda que em 2008 o nosso País vivenciou um dos mais tristes episódios relativos à mulher: a morte da jovem Eloá, vítima de feminicídio provocado por seu ex-namorado. Apesar de ser ainda uma criança, fiquei extremante abalada. Afinal, não tinha como não acompanhar o caso, pois notícias surgiam a todo momento na televisão e era assunto discutido em todos os contextos. Foi um primeiro impacto que tive sobre a violência contra a mulher.

No ano de 2013, aos 15 anos, iniciei o ensino médio, passando a frequentar a Escola de Ensino Médio Armindo Edwino Schwengber na cidade de Colorado. Havia dois turnos para estudar: manhã ou noite. Meus pais e eu resolvemos que estudaria no turno da manhã. Era mais conveniente para uma menina adolescente. Sendo assim, acordava muito cedo para pegar o transporte, o que de fato se tornava exaustivo por conta da locomoção. Os anos de 2013, 2014 e 2015, em que cursei o ensino médio, passaram a despertar um olhar mais crítico. Um caso ilustrativo de tal despertar crítico ocorreu por ocasião da escolha da rainha e das princesas da escola em 2014. Os responsáveis pela organização do evento ao passarem nas salas convidando as meninas para participarem só fizeram convites para concorrerem as alunas vistas com um determinado “padrão”: magras, de cabelos lisos e de olhos claros. Isso me levou a não gostar de concursos desse cunho, ainda que a minha mãe tenha sido escolhida princesa no município de Não Me Toque, na sua adolescência. Passei a refletir que tais concursos só reforçavam a imposição de certos padrões estéticos questionáveis, incentivavam a rivalidade e não contemplavam a diversidade. Não só os concursos me despertavam para isso, como atitudes de colegas e educadores dentro da sala de aula. Tal iniciativa demonstrava comportamentos machistas, racistas e discriminadores.

O último ano no ensino médio foi extremamente decisivo para a minha escolha profissional. Eu queria ser professora. Minha mãe sempre desejou que eu ou alguma das minhas irmãs fosse seguir a profissão docente. A minha decisão daria continuidade a algumas vivências da minha infância, quando brincava com o meu quadro, imaginando estar em uma sala de aula. Outro fator que contribuiu foi porque sempre gostei de crianças. Com frequência, ouvia dizer que tinha muita paciência com elas.

Realizei a prova do vestibular no mês de novembro. Dois dias depois saíram os resultados e fui aprovada na primeira chamada. Sendo assim, concluí meu terceiro ano muito motivada para iniciar o Curso de Pedagogia na UPF.

Eis que chega o ano de 2016, eu estava muito ansiosa para que viesse o mês de fevereiro, mês que eu iniciaria a graduação. Alguns dias antes, completei 18 anos. Ao iniciar o curso, me senti muito feliz. Estar na Universidade me fez olhar para o além do que eu vivia. Passei a conhecer realidades desconhecidas, estabeleci novas convivências, compartilhei novas experiências. Alguns colegas estavam passando por processos doloridos: a saída da casa dos pais, a separação dos genitores, a descoberta da sexualidade e o medo de assumi-la. Tudo isso fez com que meu olhar crítico que começara a nascer lá do ensino médio passasse a ser ainda mais intenso. Mas o que mais me despertou para a questão do feminismo foi que no segundo semestre do curso tive uma disciplina em que o professor tratou especificamente da temática feminista. Percebi que, embora, já tivesse estado em contato com o tema, meu conhecimento ainda era elementar sobre sua complexidade e profundidade.

Passaram-se dois anos e foi exatamente nessa época que vivenciei muitas questões feministas. Porém, sentia que ainda me faltava saber mais sobre o movimento. Comecei a acompanhar páginas nas redes sociais que discorriam sobre o que era o feminismo e passei a refletir sobre toda a minha trajetória como mulher feminista até aquele momento. Percebi o quão enraizado está o machismo em cada um e em cada uma de nós. Comecei a me dar conta de quão machista é a educação e a própria escola. Passei a notar que as maiores exigências na formação oferecida pela sociedade, são estabelecidas para nós, mulheres. Como ilustram os contos infantis, as mulheres são seres inferiores que, assim como as princesas, precisam ser salvas por príncipes. Elas devem assumir de forma compulsória sua condição de ser subserviente, cumprindo seu papel materno e serviçal diante da humanidade. Por conta disso, me tornei mais feminista.

Com a chegada de 2020, passei a me preparar para o meu trabalho de conclusão de curso. Pensando no que vivenciei durante a minha trajetória enquanto aluna e professora estagiária, percebi que não tinha como não me ocupar com a questão feminista no âmbito da educação escolar. Com a escolha do tema, comecei a investigar mais a fundo o que era o feminismo e suas implicações no campo educacional. No TCC, com o título “Feminismo e Educação: desafios da pedagogia na construção de uma formação mais equânime”, desenvolvi a escrita em torno do feminismo no âmbito educacional, apresentando um breve histórico, destacando alguns aspectos de como a questão se faz presente no contexto escolar. Com o TCC apresentado e a conclusão do curso, iniciei minha preparação para cursar o mestrado em educação. Como tema do projeto de dissertação decidi aprofundar meus estudos sobre o feminismo e sua relação com o ambiente escolar. No segundo semestre de 2022, ingressei no curso de PPGEduc-UPF. Nesse mesmo período e já trabalhando como professora titular da escola, passei a tratar

especificamente o tema do feminismo com as crianças, explorando diferentes recursos, mantendo diálogos e desenvolvendo pesquisas como diferentes aspectos que o envolvem. Observo que o feminismo ainda é tabu para muitos. Mesmo sabendo que o tema é um movimento político, para os cidadãos de visão conservadora, o feminismo é entendido como uma manifestação partidária, contrária à tradição e aos costumes instituídos ao longo da história da humanidade.

2.2 O que é o feminismo e quais são seus desafios

Feminismo é um movimento cultural, político, social e filosófico que tem como objetivo a luta por direitos justos e vivências humanas pela superação da discriminação das mulheres e o empoderamento feminino, envolvendo questões de todas as instâncias, como gênero, classe, etnia, religião, cultura e pertencimento social. Ele faz parte do movimento da modernidade e, de modo especial, do espírito revolucionário que se manifesta a partir do século XVII.

Porém, cabe ressaltar que a luta das mulheres se fez presente ao longo da história ocidental e sempre houve uma parcela da população feminina que se rebelou contra sua condição, que lutou pela liberdade e, muitas vezes, pagou com a própria vida. O machismo e o patriarcado religioso sempre foram implacáveis com a população feminina e lhes impuseram leis e dogmas que desqualificavam sua condição de ser humano e sua dignidade como pessoa portadora de direitos. A Inquisição da Igreja Católica foi um exemplo da postura implacável com as mulheres que desafiavam a ordem e a autoridade instituídas. A visão patriarcal e dogmática produziu muitas matanças e violências às mulheres durante séculos.

No século XIX iniciaram-se as primeiras reivindicações mais efetivas das mulheres em forma de movimentos, tanto nos Estados Unidos como na Europa. Por meio de inúmeras iniciativas, esse público despertou, deixando de lado a ideia de qualquer inferioridade em relação aos homens e da sua subserviência a uma estrutura machista e discriminadora.

Uma primeira manifestação da luta feminista ocorreu em Londres, quando algumas mulheres começaram a se rebelar contra o impedimento que havia, não permitindo a elas frequentarem as universidades e a votarem nas eleições. As sufragistas, como eram denominadas, constituía-se de um grupo liderado por mulheres que lutavam por seu espaço nas universidades e na vida política, superando preconceitos sobre a capacidade intelectual da mulher. O acesso à escola para mulheres era restrito, atingindo somente até determinado nível e os estudos se restringiam a alguns conhecimentos básicos e atividades relacionadas a tarefas

domésticas, como, por exemplo, culinária, técnicas domésticas, desenvolvimento de boas maneiras e cuidados com filhos.

O feminismo possui diversas vertentes que concebem de forma diferente os direitos das mulheres e as lutas que desenvolvem. Segundo o site “Revista AzMina”, que é direcionado para as mulheres, são seis as vertentes principais:

- **Feminismo liberal:** cuja principal luta é pelo direito ao voto e de igualdade das mulheres.
- **Feminismo marxista ou socialista:** marcado pela batalha contra a divisão sexual do trabalho e pela derrubada do capitalismo e do patriarcado.
- **Feminismo interseccional:** que luta contra diversos preconceitos sofridos pelas mulheres, principalmente em relação à orientação sexual e às visões machistas que predominam no Estado e na sociedade.
- **Feminismo radical ou *radfem*:** que luta pela abolição do patriarcado, buscando sensibilização sobre a violência contra a mulher, especialmente o estupro.
- **Feminismo negro:** que busca dar visibilidade às pautas das mulheres negras, como a discriminações e os preconceitos que as mantém submetidas à exploração no trabalho, na vida privada e na vida pública. Nasceu nos anos 70, com o MMN (Movimento das Mulheres Negras).
- **Eco feminismo:** que une as questões de gênero com as climáticas, da natureza e dos animais. Essa última vertente, devido às mudanças climáticas e a crescente destruição da natureza, passa a ganhar muita força no ano de 2020. As tragédias das enchentes no Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024, ampliaram a preocupação com as consequências da exploração da natureza na cultura dessa época.

Além dessa divisão por vertentes, o feminismo é dividido, segundo outros critérios, por ondas. Informações retiradas do vídeo “A luta feminista dentro das escolas” do canal “Jornal O Globo”, e do site “Poletize”, dão conta de quatro ondas principais do feminismo. A mesma classificação é feita por outros estudiosos como Siqueira e Bussinger (2021), Carmo, Ramos e Silva (2021) e Holanda (2019), para citar alguns. Passamos a analisar as principais características de cada uma de tais ondas.

1ª onda - Feminismo surgido no final do século XIX e início do século XX, cuja principal luta é a igualdade entre gêneros e o direito ao voto.

Foi a busca incorporada pela Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, visto que elas eram apenas para os homens. A partir disso, as mulheres visavam a conquista ao

direito ao voto e os critérios a casamentos arranjados. A primeira mulher a buscar esses direitos, foi a francesa Olympe de Gouges que escreveu o panfleto “A declaração dos direitos da mulher cidadã”, no ano de 1791, que estipulava direitos iguais como mulheres. Além dela, Mary Wollstonecraft publicou o texto “Reinvidicação dos direitos das mulheres” no ano de 1792, em que contestava pensadores iluministas do século XVIII. Além disso, surgem várias outras mulheres que lutavam na reinvidicação de seus direitos. Infelizmente, muitas delas não alcançaram os direitos pelos quais lutavam, por serem mortas de forma violenta cruel pela ordem instituída. Foi somente no século seguinte, na Inglaterra, em 1897, por meio das sufragistas, as quais exigiam o direito ao voto, que começam a conquistar uma maior visibilidade em suas lutas.

De acordo com Carmo, Ramos e Silva (2021, p. 107), o movimento dessa onda foi liderado por mulheres e de classe média alta, brancas, que buscavam adquirir direitos iguais aos dos homens, como, por exemplo, o direito à escola e ao voto. Inspiradas nas conquistas masculinas decorrentes das revoluções norte americana e francesa, algumas mulheres inglesas denunciam a desigualdade existente e reivindicam os mesmos direitos de liberdade conquistados pelos homens. Passaram a questionar a diferença de direitos e a divulgar ideias que apontavam a condição de inferioridade a que estavam submetidas, especialmente devido à educação que recebiam. A educação da mulher destinava-se a prepará-la para casar, cuidar do marido e dos filhos, contribuindo, com isso, para a manutenção de uma estrutura social e econômica favorável aos interesses econômicos dos grupos sociais privilegiados, mormente compostos por homens. Isso levava a mulher a se sentir explorada e infeliz, implicando em uma existência frustrante para grande parte da população feminina.

Do final do século XIX até meados do século XX, algumas mulheres passam a questionar o seu papel no casamento, denunciando as relações bastante assimétricas em direitos e deveres, a exploração do trabalho doméstico e sua condição de subserviência, inclusive sexual. Começam a surgir críticas denunciando o casamento como uma forma de prostituição legal e até de escravidão sexual. A orientação dispensada às mulheres era que seu dever consistia em casar, criar filhos e estar à sua disposição e servi-los em todos os aspectos. O destino da população feminina estava traçado: o casamento ou o convento. Em qualquer um dos casos, o preço era a subserviência aos homens e às instituições patriarcais e machistas.

O desenvolvimento dessa educação era mantido e reforçado não só pela cultura instituída na família, mas pela própria educação religiosa dispensada às mulheres em outros espaços, especialmente nas igrejas. Posteriormente, com a conquista do direito à escola, também nessa instituição. Desde jovens, as meninas eram educadas para serem obedientes e serviçais em

decorrência de um projeto patriarcal surgido desde a criação. O espírito autoritário masculino era inculcado a partir de uma moral patriarcal, que desenvolvia a ideia de inferioridade da mulher e até a sua incapacidade mental para o exercício de determinadas funções. A submissão era absoluta e quando necessário, o homem ou as instituições machistas podiam usar a violência para impor seu poder e exigir seus direitos. Poucos eram os das mulheres e das meninas.

Como podemos perceber, foram três reivindicações que se fizeram presentes nas primeiras manifestações feministas: o direito à educação, ao voto e à participação política e a busca da igualdade de direitos no casamento. As reivindicações não colocam em questionamento a estrutura instituída, apenas lutam pela igualdade de alguns direitos.

2ª onda - Feminismo dos anos 1960 aos anos 1970, caracterizado pela luta contra a exploração do corpo e pela liberdade sexual.

Nessa onda, as mulheres já haviam adquirido alguns direitos legais e políticos em muitos Países, no entanto, na prática ainda não haviam atingido a igualdade pela qual tanto lutavam. Em consequência, novos movimentos surgem, trazendo questionamentos sobre o objetivo de ser mulher e sobre a sua subordinação no cotidiano, propondo uma nova forma de concepção sobre liberdade e igualdade. Denunciam a permanência da visão machista dos homens de poder, que queriam continuar mantendo o direito à posse dos corpos femininos e a dedicação do tempo e do trabalho feminino aos seus interesses. Assim, continuavam a apregoar o papel das mulheres às funções domésticas, como o cuidado com o lar e dos filhos. Sob a alegação de sua fragilidade e limitação intelectual, a condição de mãe, esposa e doméstica lhe cabia bem.

A questão principal que surge é: O que significa ser mulher? Na busca de resposta a essa pergunta, muitas análises foram feitas, dentre elas, encontram-se as referências de três importantes pensadoras: Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Carol Hanisch.

Simone de Beauvoir, filósofa francesa, em sua obra “O Segundo Sexo” (2009), desenvolve diversas reflexões sobre a condição feminina. Inicia seu texto identificando a situação de aprisionamento das mulheres e sua submissão a uma condição de inferiorização, produzida e sustentada, nas sociedades ocidentais patriarcais. Analisa de forma crítica como as mulheres são retratadas na sociedade não só pelas diferenças de origem histórica e culturas, mas por visões das ciências, de história e da própria psicanálise. A pensadora francesa aponta que todo conhecimento produzido historicamente sobre as mulheres convergiu para um ponto que consistiu em justificar, a partir das diferenças biológicas, um lugar secundário para elas na vida social. Essa justificação se sustenta por meio de uma série de mitos sobre a biologia, o psiquismo e o papel intelectual, social e econômico delas. Daí as perguntas: o que é ser mulher? Existe uma essência feminina? E por que o mundo se constitui pelo falocentrismo, ou seja, por meio de

uma perspectiva masculina da existência humana? Sua conclusão é que a mistificação da condição da mulher e suas atribuições socialmente associadas à feminilidade, a comportamentos de submissão e ao serviço da maternidade, assim como do cuidado, são impostas ou ensinadas às meninas já nos primeiros anos de vida. Essas imposições e a mistificação do que “é ser mulher”, constituem as bases da opressão patriarcal que submete as mulheres à condição do outro, o ‘macho’, limitando sua liberdade de ação, escolha e a possibilidade de que ela defina a sua própria existência.

Betty Friedan, na obra “Mística Feminina” (1971), denuncia a manipulação da mulher americana pela sociedade de consumo e apresenta uma importante análise da prática formativa feminina que produz o condicionamento da mulher e sua exploração no atendimento das demandas do sistema capitalista e a sua reprodução. A partir de suas vivências enquanto dona de casa, mãe e esposa, ela desenvolve diversos questionamentos sobre o condicionamento ao qual a mulher é submetida para se tornar produtiva no casamento e no sistema, ou seja, no atendimento dos interesses de uma sociedade machista, autoritária e capitalista. A autora traz à tona a vida frustrante de muitas mulheres, questionando a existência monótona que levam, embora, disponham de boas condições materiais para viver. A pergunta que surge diante da vida frustrada que muitas levam é: “É só isso?”. A escritora identifica que toda essa situação decorre de uma mística de realização feminina criada para promover a sua submissão a uma ordem considerada quase natural, exageradamente consumista, mas que se torna problemática diante dos resultados de frustração que dela surgem. As manifestações reveladoras de insatisfação da população feminina se traduzem em algumas frases selecionadas por Friedan: “Tenho a impressão de não existir” ou “Estou me sentindo vazia”. A feliz dona de casa norte-americana, que aparecia nos programas de televisão, nas propagandas, no cinema, era produto de uma mística que escondia a vida frustrada de inúmeras mulheres. Para superar tal situação, é preciso que ocorra a emancipação do gênero feminino e a realização de sua condição humana em uma ordem social, política e cultural de igualdade, assim como de liberdade. Para tanto, é preciso enfrentar o machismo e o próprio sistema capitalista, que produzem mulheres dóceis, dedicadas ao *status quo*, mas frustradas diante à vida que têm.

Carol Hanisch (1969) é a responsável pelo panfleto “O pessoal é político”, que foi divulgado com o intuito de refletir sobre o determinismo político da opressão e da discriminação feminina. Nos anos 60, um grupo de mulheres começou a expor a questão feminista como um problema de natureza política. A vida privada e a sexualidade da mulher passaram a ser analisadas como estruturadas em relações de poder. Hanisch afirma que toda a forma de poder do homem sobre a mulher é política e, portanto, é preciso superar a ideia de que as discussões

sobre as relações de gênero devem permanecer no ambiente íntimo e privado, longe do debate público. A constatação é que, cada vez mais, as práticas de opressão e violência precisam ser desenterradas e destruídas pelo enfrentamento das raízes da supremacia masculina, tanto no plano pessoal, quanto institucional e estrutural. A opressão feminina não pode ser compreendida como um problema privado, restrito à relação do casal e à família, mas, sim, como uma questão de interesse público, o que implica mudar a estrutura pública em relação à vida privada. Surge a convicção de que a opressão das mulheres não poderá ser superada sem terminar com o poder político patriarcal existente e a instituição de uma nova ordem em que o sistema econômico, político e social contemple a igualdade entre todos os gêneros.

3ª onda – Feminismo que surge em meados dos anos 1980 ao início dos anos 1990, definido como a luta pelo reconhecimento das diferenças.

O objetivo comum da onda é de combater os preconceitos de classe, dando impulso aos diferentes movimentos, bem como à luta contra todas as formas de discriminação presentes nos diferentes contextos e ambientes. Questões que envolvem a diversidade feminina, movimentos da mulher negra, dos homossexuais, dos transexuais e outros gêneros intensificam e incrementam a luta feminista.

Entre as principais representantes desse embate, encontra-se Rebecca Walker (1992), que identifica as lutas cotidianas como interseccionais, envolvendo classe, raça, gênero e sexualidade. Um grupo que tem se destacado é o das mulheres negras e lésbicas, as quais têm fortificado significativamente o debate sobre as diversidades femininas e o surgimento de novas vertentes de lutas, aprimorando novos padrões.

Outro nome importante é o de Jennifer Baumgardner, que no livro “Manifesta” (2000), destaca as lutas pela justiça, envolvendo o enfrentamento da bissexualidade, violência sexual e, especialmente, o estupro.

Como caracterizam Carmo, Ramos e Silva (2021, p. 112), em razão das discussões trazidas por essa onda, as mulheres alcançaram a liberdade de expressarem seus pensamentos, ampliaram seu engajamento na política assumindo cargos elevados na esfera do legislativo, do judiciário e do executivo. A mulher integra-se em muitas frentes de trabalho tradicionalmente consideradas apropriadas somente aos homens, como, por exemplo, construção civil, transporte, serviços bancários, setores empresariais, segurança pública até o serviço militar. Passaram a ter direito sobre o seu próprio corpo, sobre a sua sexualidade, de decidir sobre a contracepção, esterilização e opção sexual. Muitas dessas conquistas implicaram na mudança de muitas leis tradicionalmente consideradas inquestionáveis.

4ª onda - Feminismo que surgiu a partir do ano de 2010 e que está muito presente ainda, caracterizado pela luta da recusa ao silenciamento, além da exposição de violência e da discriminação pelas redes sociais além dos meios de comunicação.

Sua luta pelo fortalecimento dos mecanismos de denúncia e de responsabilização por meio da justiça social. Com as redes sociais, as mulheres têm buscado apoio, garantindo seus direitos e organizando manifestos em prol do feminismo.

Tal onda está contando com apoio da internet, o que tem possibilitado a intensificação da batalha pelos direitos das mulheres e a organização de manifestações a favor do feminismo bem como de outras correntes que envolvem questões de gênero, como a luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. É denominada o ciberfeminismo e acolhe uma diversidade de movimentos. Contribui com conhecimento no combate à homofobia, lesbofobia, LGBTfobia e ao racismo. Apresenta as violações que os governos causam contra os direitos humanos das mulheres, tanto sexuais como reprodutivos, impedindo o acesso aos direitos universais e a igualdade de gênero.

Em sua resenha sobre a obra “Gênero em termos reais” de Raewyn Connel, escritora e ativista australiana, Tânia Regina Zimmermann (2017) destaca, que segundo a pensadora australiana, as realizações democráticas em ambos os lados do Atlântico são herdeiras das lutas feministas e dos movimentos de LGBTs, mas que todos eles passaram a ser perseguidos pelos regimes políticos repressivos, sobretudo na América Latina. Tais posturas conservadoras perpetuam de alguma forma o legado das forças colonizadoras e patriarcais que silenciaram por séculos outras etnias, outros modelos sociais e outras possibilidades de viver o corpo, gênero e/ou sexualidade. Daí a necessidade de pensar gênero a partir da região Sul, ou seja, a partir da realidade em que nos situamos. É preciso enfrentar as estruturas de dominação colonial que continuam a oprimir em nossos dias no nível econômico, cultural e epistêmico, particularmente por meio de discursos preconceituosos sobre gênero e sexualidade, inclusive por iniciativas de teorias liberais. Isso revela que o machismo e o patriarcado ainda são penetrantes.

Na visão de Carmo, Ramos e Silva (2021, p. 117-118), essa onda nos expõe o ciberfeminismo, a diversidade do movimento, o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos. Com a crescente troca de informações, tem ocorrido uma promoção de estratégias tendo as redes sociais como ferramentas, ampliando e socializando conhecimentos, o que vem repercutindo nas suas intervenções para combater o racismo, a homofobia, a lesbofobia e a LGBTfobia. O aumento das redes de comunicação, vem ampliando as denúncias sobre violações de toda ordem dos poderes públicos, especialmente dos órgãos de repressão.

Dessa forma, o feminismo vem contribuindo no avanço das lutas dos diferentes movimentos. Já não se trata de um embate meramente feminista, mas a batalha de uma diversidade das questões de gênero. Bell Hooks (2015, p. 17) apresenta uma definição contundente sobre o feminismo e suas lutas: “Dito de maneiras simples, feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Portanto, já não se trata de uma questão somente das mulheres, mas de todos aqueles que se encontram social e sexualmente reprimidos e violentados.

Adiche (2012, p. 50) nos traz uma importante definição sobre o que é ser feminista: “A meu ver, feminista é o homem e a mulher que diz: ‘Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar nossa condição de vida’”. O feminismo é, em consequência, um problema comum de mulheres e homens, é uma questão da humanidade. Todos nós, mulheres e homens, temos que melhorar nossa condição de vida e superar as discriminações que produzimos e sofremos. Por isso, essa discussão deverá ser realizada por nós, educadores, afinal, a escola possui o dever de oportunizar momentos de reflexão, além da busca por melhorias em torno do movimento feminista e das demais manifestações.

Como alerta Butler (2003, p. 17), “[...] a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres [...] mas (tal identidade) constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política é almejada”. Embora diga respeito às mulheres, o feminismo é uma questão de todos os humanos, pois é um assunto de gênero.

Por isso, os debates que têm surgido nas rodas feministas cotidianas abordam a questão do feminismo sob a perspectiva do gênero. Sem desconsiderar a importância de tal temática, os diferentes significados do conceito de gênero têm produzido uma sensação de que pode se tratar de um recorte temático que poderá culminar num fracasso do próprio feminismo. Para evitar tal risco, é preciso levar em conta que o termo gênero, conforme alerta Butler, carrega uma complexidade que exige um conjunto interdisciplinar e também pós-disciplinar de discursos, o que implica superar o entendimento reducionista do termo e a radicalização da crítica feminista (Butler, 2003, p. 7 e 13).

O termo “gênero” surgiu primeiramente entre as feministas dos Estados Unidos, sendo utilizado para atribuir um caráter fundamentalmente social às distinções baseadas no sexo. Nessa primeira versão, a palavra apresentava de certo modo uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Posteriormente surge nova concepção que sublinhava o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. De acordo com algumas novas compreensões, as mulheres e os homens passam a ser definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão poderá existir por meio de uma análise

separando a condição feminina da sua condição relacional com o meio social e sua constituição. Scott (1995, p. 8) esclarece as implicações dessa compreensão quando escreve:

As teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre os homens e as mulheres de importantes maneiras, mas, para os/as historiadores/historiadoras, suas teorias apresentam problemas. Em primeiro lugar, embora proponham uma análise interna ao próprio sistema de gênero, elas também afirmam a primazia deste sistema na organização social, considerada em seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não mostram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as desigualdades. Em segundo lugar, a análise continua baseada na diferença física, quer a dominação tome a forma da apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem quer tomar a objetificação sexual das mulheres pelos homens. Qualquer diferença física assume um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mutações nas formas e nos sistemas de desigualdades de gênero.

O debate sobre gênero permanece recebendo grande influência de diferentes áreas do conhecimento como Antropologia, História, Linguística, Psicanálise, Psicologia e Sociologia, procurando demonstrar uma maior variabilidade cultural dos comportamentos e habilidades consideradas femininas. No entanto, a área da educação tem sido um dos setores mais resistentes à incorporação do conceito de gênero para esclarecer o problema da discriminação da condição feminina e de outros gêneros.

A temática de gênero traz à tona a complexidade da questão do feminismo e exige o apoio de um conjunto interdisciplinar e transdisciplinar de saberes para esclarecer e potencializar práticas de emancipação feminina. Ou seja, exige a “radicalização da crítica feminista” (Butler, 2003, p. 7).

No entendimento de Connell (2016), é preciso superar a interpretação essencialista ou abstrata de gênero e analisá-lo como um fato social, produzido em condições históricas específicas. Gênero é um padrão, uma forma na qual as relações sociais entre as pessoas são produzidas. Connell argumenta que as pessoas fazem e corporificam socialmente seu próprio gênero, mas não de forma livre. Os signos generificados que as pessoas assumem socialmente estão subordinados a uma ordem de gênero que é estrutural. Alguns indivíduos tomam para si os signos que a ordem de gênero espera que seja corporificado, enquanto que outros subvertem a norma e o padrão estabelecido. Como gênero é uma produção social e histórica, ele traduz características centristas ou colonialistas, dependendo do contexto em que ocorre o seu desenvolvimento. De modo geral, há uma imposição de visões centristas que implicam no surgimento da “colonialidade de gênero”.

Fica cada vez mais evidente que era preciso pensar o feminismo como um movimento a ser discutido em todos os espaços e contextos: nas ruas, nas escolas, nas universidades, nas

famílias, nos movimentos sociais, nos partidos políticos, nas igrejas, nas praças, nos transportes públicos, em todos os ambientes e em todas as instituições. É preciso superar a ideia conservadora que afirma que esse tema não deve ser discutido e analisado nas escolas e na educação de crianças e jovens.

Um outro enfrentamento é a inclusão da temática nas religiões, como também nas igrejas. Conforme revela a história, a visão sobre a mulher nas religiões e nos templos religiosos é marcada, de modo geral, por tristes lembranças: santas subservientes, bruxas queimadas em fogueiras, prostitutas mortas com violência, massacres de mulheres infiéis, violências de toda ordem praticadas em nome de deuses e autoridades religiosas. Não poucas vezes, os fiéis foram induzidos a praticar violências contra mulheres por razões religiosas¹⁰.

Com efeito, os movimentos feministas sempre foram vistos como ameaçadores para a ordem instituída pelas religiões, mormente pelas igrejas de orientação cristã. A permanência da visão patriarcal impediu por séculos que ocorresse um avanço no acolhimento de um ponto de vista diferenciado da condição feminina na religião. A liberdade das mulheres que foi sendo alcançada ao longo dos anos, como os métodos contraceptivos e a crescente inserção no plano político e no mercado de trabalho está sendo vista com resistência por muitos grupos conservadores, pois a consideram uma ameaça à ordem instituída. Mas essa postura de inferiorização da mulher tem sofrido enfrentamentos no interior das próprias religiões e em diferentes movimentos críticos, tanto locais como nacionais e internacionais. Em um artigo recente, Lucila Scavone (2008) reflete sobre a situação nos anos 1960, em que as grandes religiões ocidentais cristãs, principalmente a católica, começam a se preocupar em compreender sociologicamente a relação da mulher com o fenômeno religioso e de construir uma crítica às injunções da Igreja à vida das mulheres. Documentos recentes do Vaticano também revelam essa preocupação.

Já na educação, em que a luta pelo espaço feminino tem apresentado algumas importantes conquistas, as resistências não são menores. A desconsideração da relevância do papel da professora e da pesquisadora é evidenciada na desqualificação de seu trabalho e na pouca valorização de seus salários. Estudos diversos apontam para a necessidade de se enfrentar questões de toda a ordem que impedem a presença feminina e de pessoas de outros gêneros nas

¹⁰ Hoje este preconceito está sendo lentamente superado. Na Índia, por exemplo, o feminismo e a religião estão andando juntos, sendo que ambos passaram a empoderar mulheres com o reconhecimento da igualdade entre as religiões. A experiência indiana revela que o empoderamento das mulheres é um processo de conscientização e uma ação orientada pela noção de autonomia das mulheres em relação à participação econômica, política, cultural e desenvolvimento social. O empoderamento dá condições para que as mulheres sejam capazes de fazer as suas escolhas (Arruda, 2022, p. 34).

ciências, no desenvolvimento das pesquisas e de conhecimentos alimentados por uma visão epistemológica feminista.

Diante desse quadro, a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, em seu documento do ano de 1979, expõe a proposição da ONU para o enfrentamento da discriminação contra a mulher em suas diferentes manifestações. Afirma o documento em uma de suas passagens:

Relembrando que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade (ONU, 1979, p. 1).

Como o próprio documento afirma, a discriminação contra a mulher está presente em questões diárias, no trabalho, na política, na vida social, atingindo constantemente a existência do gênero feminino. Os movimentos feministas têm se exposto como a grande força revolucionária da sociedade contemporânea, apontando para uma presença cada vez mais intensa das mulheres em todas as instâncias. Não por acaso têm surgido muitas manifestações conservadoras e retrógradas, as quais tentam desacreditar as manifestações feministas, pois as veem como algo ameaçador.

2.3 O feminismo no Brasil: algumas iniciativas e lutas

No caso do Brasil, a introdução da temática do feminismo e de gênero, embora recente, apresenta diversos desafios e especificidades que precisam ser analisados. A história do País é profundamente marcada pela predominância não só de uma formação patriarcal, machista, autoritária, mas pela terrível experiência da escravidão, cujas consequências persistem ainda na nossa época. A compreensão do feminismo e de suas especificidades no Brasil depende do reconhecimento e da reparação dessa marca presente na história da cultura brasileira. Em decorrência, o feminismo brasileiro não pode abordar somente a questão da mulher como uma essencialidade ou genericamente, mas precisa analisar a questão das mulheres em relação ao racismo e a exploração decorrente de inúmeras formas de discriminação que as atingem e aos diferentes feminismos regionais.

Diante da complexidade que envolve a questão da mulher brasileira, é correta a proposição de que se deva tratar da questão feminista na perspectiva interseccional, envolvendo

questões de gênero e dos outros determinantes que interferem em sua condição e na de outros indivíduos. Neste sentido, é esclarecedor a exposição de Vianna (2013, p. 160-161) quando escreve:

No Brasil, esse campo de estudos da mulher, e posteriormente de gênero, era bastante recente e durante muito tempo foi denominado como sinônimo de estudos sobre a mulher. Hoje, sabe-se que não é possível pensar numa área de conhecimento cuja categoria de análise seja a mulher. A defesa do conceito de gênero, acompanhando o debate internacional, passou a adquirir caráter relacional e a abarcar a definição e a estruturação das relações sociais, englobando as dimensões de classe, raça, etnia e geração na procura de apreensão das distintas formas de desigualdade. Além disso, o uso essencialista da expressão a mulher foi criticado por várias feministas, por pressupor uma identidade feminina universal.

O fato é que a formação desenvolvida no País está mantendo e reforçando a discriminação e a exploração da mulher. A violência e discriminação são problemas estruturais, culturais e socialmente multifacetários, expressos continuamente em nossa história. Para entender a violência sofrida pelas mulheres, não se pode esquecer das estruturas que auxiliam sua reprodução, como a igreja, a escola, a família, o Estado e a própria sociedade. A família, por exemplo, é uma instituição construída historicamente e que se modifica conforme a transformação econômica e sociocultural. Sua constituição envolve a presença da mulher que teve uma identidade pré-concebida, passando a assumir determinadas funções que asseguram sua manutenção. Ocorre que muitas dessas funções exploram a condição da mulher e lhe impõem inúmeras restrições quanto ao seu modo de ser e de agir. Isso produz conflitos e questionamentos sobre a validade de tais estruturas, o que implica na necessária modificação. Diante disso, a reação conservadora age procurando manter as velhas estruturas hierárquicas sob o comando de uma autoridade historicamente instituída: o senhor patriarcal. Destarte, velhas formas de dominação e posse continuam operando entre homens e mulheres.

No Brasil, o campo de estudos da mulher, e posteriormente de gênero, é bastante recente e por muito tempo nele predominaram os estudos sobre a mulher. As primeiras discussões têm origens nas Conferências do Cairo e Beijin, na década de 1990, em que surgiram os primeiros manifestos sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O Brasil foi signatário desses tratados e, em decorrência, desde então, tem promovido debates e desenvolvido iniciativas sobre os temas gênero e diversidade na educação e nas políticas públicas.

Todavia, sabe-se que não é possível pensar numa área de conhecimento cuja categoria de análise seja exclusivamente a mulher. A defesa do conceito de gênero, acompanhando o debate internacional, passou a adquirir caráter relacional e a abarcar a definição e a estruturação das relações sociais, englobando as dimensões de classe, raça, etnia e geração na procura de

apreensão das distintas formas de desigualdade. De outra parte, a visão essencialista da condição da mulher presente nos primeiros estudos feministas foi criticada por vários analistas, por pressupor uma identidade feminina universal. Surge daí a centralidade do conceito gênero, que passa a problematizar os significados do que é ser mulher nos distintos contextos sócio-históricos. O conceito gênero, conforme analisa Vianna (2013, p. 160-161),

É útil para questionar o fato de que em nossa sociedade as explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres são fortemente qualificadas pelo sexo, com evidentes conotações biológicas e com forte intenção de produzir hierarquias que sustentem relações desiguais e de dominação no âmbito específico das relações sociais de gênero e na sua articulação com classe, raça, etnia e geração.

Apesar dessa importância, no Brasil, o termo gênero demorou a ser incorporado nos estudos feministas, especialmente no campo educacional. Foi somente a partir do século XXI que surgem estudos que começam a destacar a questão feminista como uma pauta visceralmente articulada com a questão de gênero e a causa social. Mais recentemente, apesar das muitas visões retrógradas e conservadoras que ainda predominam, a Nação vem recebendo influências de vertentes e ondas que têm promovido transformações em diferentes contextos e provocado iniciativas emancipadoras próprias e originais que repercutem positivamente no País e no exterior. Isso tem intensificado um embate entre tendências inovadoras e transformadoras, bem como manifestações de resistências que procuram combater as visões próprias de uma sociedade machista, autoritária e escravocrata.

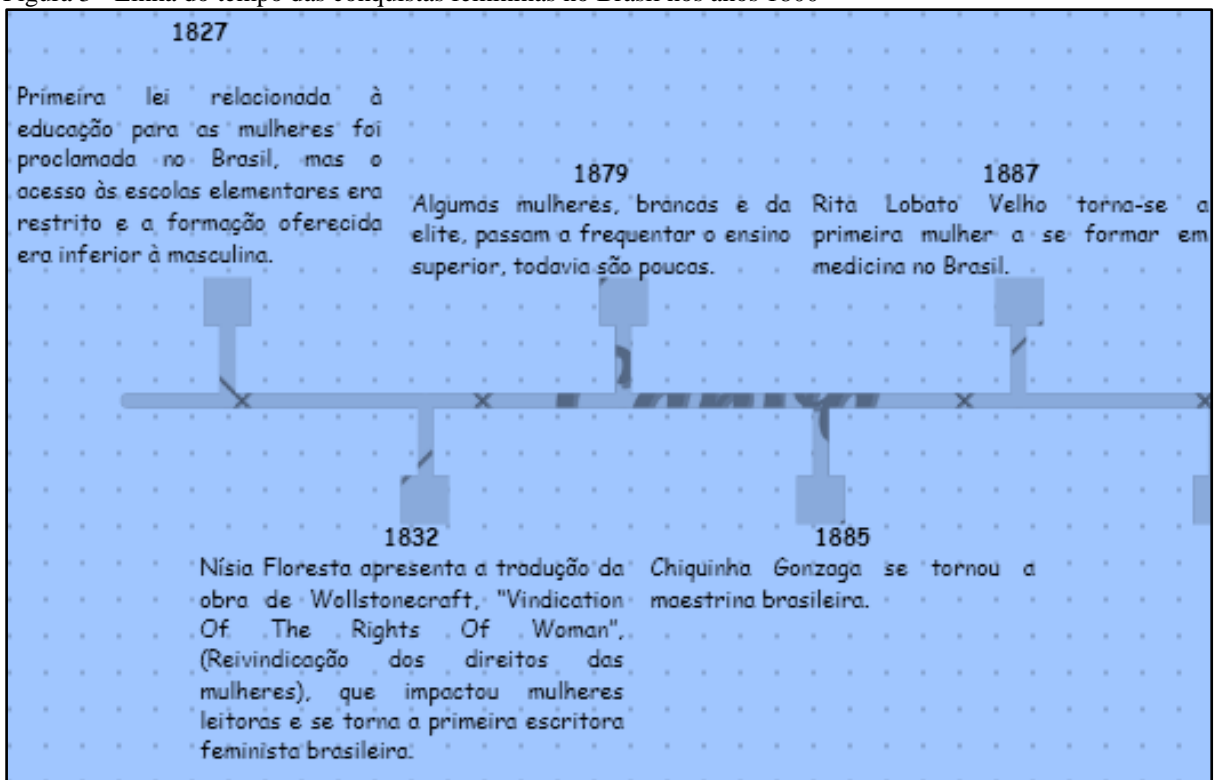
A batalha da mulher brasileira apresenta diversas iniciativas, desde o enfrentamento das questões de violência doméstica, até pautas que envolvem o enfrentamento da subserviência e a escravidão. Dentre os movimentos que ajudaram a luta feminista destaca-se o abolicionismo, que mobilizou mulheres negras e escravas a partir do século XIX na busca pela liberdade e pela eliminação da escravidão, principalmente na região do Nordeste do Brasil (Mühl; Silva, 2020, p. 3).

Outra luta feminista importante iniciou com a manifestação da população feminina pelo direito ao voto, no início do século XX. O movimento foi liderado por Bertha Lutz, bióloga e cientista que chegou a morar fora do País para estudar, na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, a Sorbonne. Depois de voltar para o Brasil, na década de 1910, iniciou o embate pelo voto feminino. Bertha contribuiu para a construção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e fez campanha pública pelo voto. No ano de 1927, levou para o Senado um abaixo-assinado que pedia a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que propunha o reconhecimento do direito ao voto das mulheres. Mas foi somente

em 1932, com o Estado Novo, que esse direito foi conquistado, promulgado pelo Novo Código Eleitoral Brasileiro.

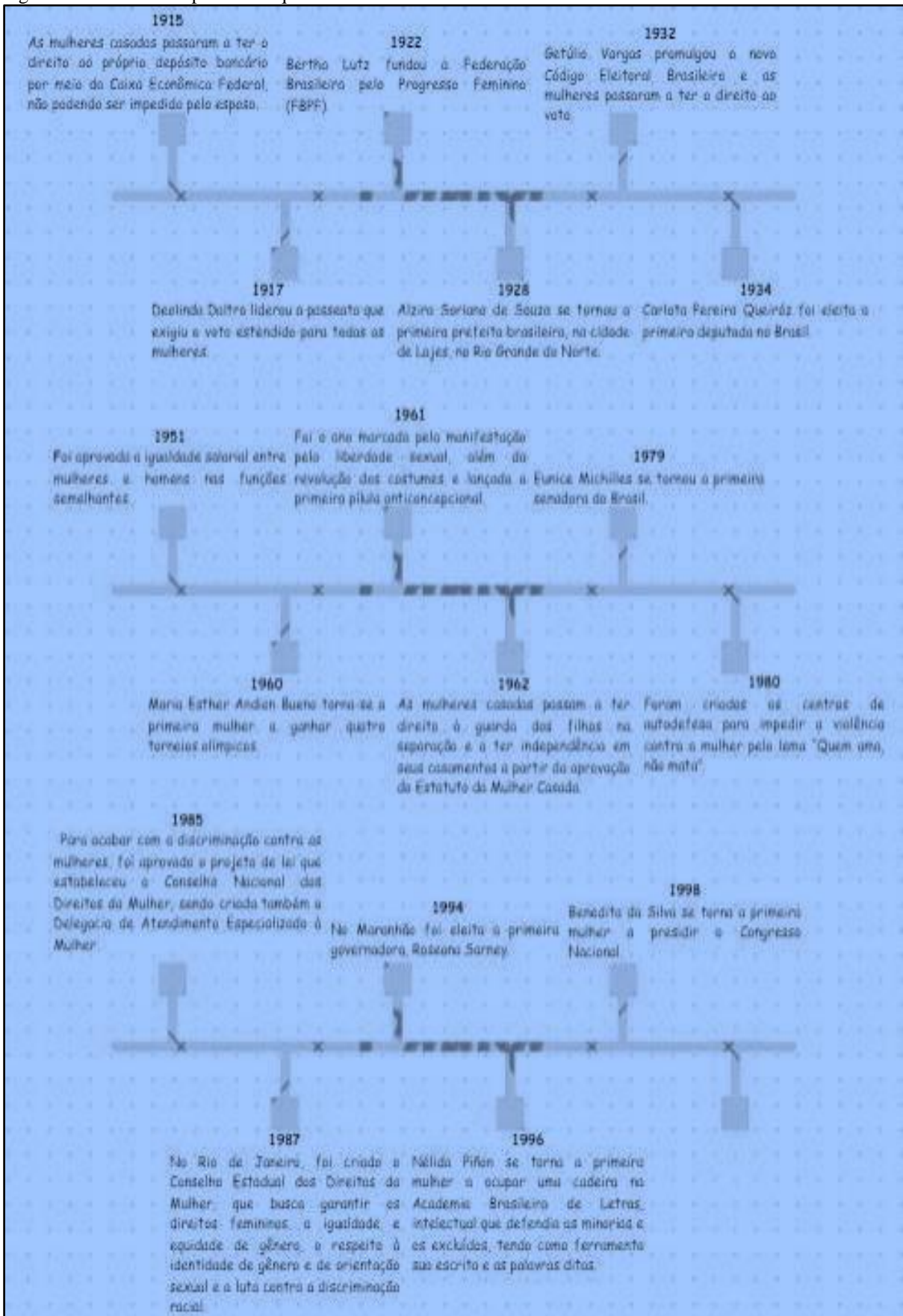
Ao longo dos anos, diversas lutas femininas, que não podem ser esquecidas, marcaram o Brasil. O portal “Esporte Clube Pinheiros”, socorrendo-se de dados de diversas fontes de investigação, lista em ordem cronológica, o histórico das principais batalhas e conquistas femininas no Brasil:

Figura 3 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 1800



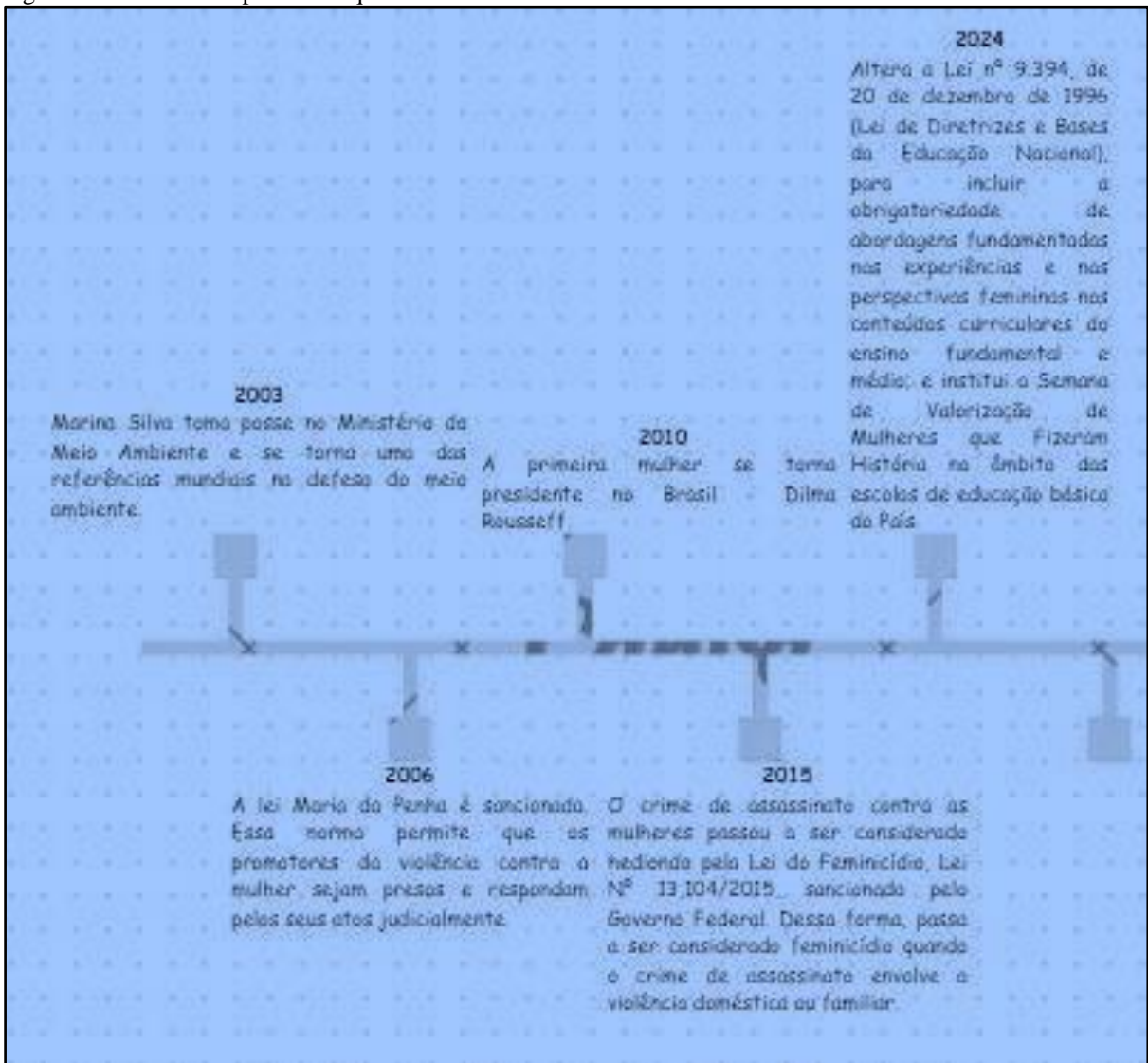
Fonte: Autora, 2024.

Figura 4 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 1900



Fonte: Autora, 2024.

Figura 5 - Linha do tempo das conquistas femininas no Brasil nos anos 2000



Fonte: Autora, 2024.

Outras conquistas e outros eventos que marcaram as lutas feminista merecem ser lembrados, conforme destacam Thais da Silva e Liliane Prestes (2019, p. 13-14):

- 1871 - É promulgada a Lei do Ventre Livre, em que filhos/as de mulheres escravizadas nascem libertos.
- 1888 - Assinatura da Lei Áurea, que declara o fim da escravatura. A Princesa Isabel foi a primeira senadora brasileira e primeira chefe de estado no continente americano.
- 1910 - Ocorre a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, que introduz, ainda sem data definida, o Dia Internacional da Mulher.
- 1918 - Maria Lacerda de Moura lança o livro “Em torno da Educação”, defendendo o processo educacional na libertação e como fator de transformação na vida das mulheres.

- 1919 - A Organização Internacional do Trabalho publica resolução que obriga o pagamento de salários iguais entre homens e mulheres.
- 1936 - É fundado o primeiro sindicato de Domésticas, por Laudelina de Campos, em Santos.
- 1948 - Aprovada pela ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- 1949 - Ocorre o I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza.
- 1956 - Acontece a I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil.
- 1975 - Surge o “Jornal Brasil Mulher”.
- 1975 a 1985 - A ONU institui a Década da Mulher. 1977 - Aprovada a Lei do Divórcio, Lei 6.515/77.
- 1979 - A ONU aprova a “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher”, que passa a ser adotada em diversos países em 1981 e pelo Brasil em 1984.
- 1979 - As mulheres são autorizadas a praticar qualquer esporte, após quatro mulheres se inscreverem em Campeonato Sul- Americano de Judô com nomes masculinos. De 1937 a 1979 elas só podiam praticar esportes de acordo com sua “condição física feminina”.
- 1985 - Surge a primeira Delegacia da Mulher, em São Paulo.
- 1985 - Criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, junto ao Ministério da Justiça.
- 1985 - Ano Internacional da Mulher, pela ONU. Fixou a data de 08 de março como Dia Internacional da Mulher.
- 1987 - Elaborada a Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes, construída após vários encontros. Conseguiu incorporar quase 80% das reivindicações na Constituição de 88.
- 1988 - Promulgada a Nova Constituição do Brasil, que representou uma conquista muito importante da democracia com o apoio das mulheres. Muitos direitos feministas e de gênero foram asseguradas pela nova Constituição.
- 1988 - Chamado de Lobby do Batom, feministas e deputadas federais incluem a igualdade formal na Constituição Federal.
- 1988 - Ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, introduzindo de maneira consolidada a questão racial na ordem do movimento feminista.
- 1990 - Aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, 13/07/1990.

- 1990 - Dia 28 de setembro é instituído como Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe.
- 1996 - É introduzido o sistema de cotas para mulheres nas eleições, Lei 9.100/95, tendo os partidos que destinarem 20% das vagas nas chapas eleitorais a mulheres.
- 1999 - Ocorre o I Seminário Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (RJ), que introduz o dia 29 de agosto como Dia da Visibilidade Lésbica.
- 2000 - Acontece a I Marcha Mundial de Mulheres e a I Marcha da Margaridas.
- 2001 - I Marcha das Vadias, que ocorre contra a culpabilização das vítimas de crimes de estupro e contra a cultura de poder sobre o corpo da mulher.
- 2002 - Casar sem ser virgem deixa de ser crime e motivo de divórcio.
- 2002 - Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras lança a Plataforma Política Feminista.
- 2002 - É criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, transformada, em 2003, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- 2009 - Lei de cotas para mulheres serem candidatas passa a ser obrigatória e estabelece 30% como mínimo de candidaturas femininas.
- 2010 - Aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, 20/07/2010.

Como podemos perceber, são muitos os marcos que revelam o movimento das mulheres na luta pelos seus direitos. Nesse aspecto, é relevante ainda destacar uma mulher que antecedeu as lutas pró-feministas no Brasil: Francisca Senhorinha de Motta Diniz, educadora, escritora e jornalista do século XVIII, que defendeu o direito das mulheres à educação e a sua inserção na sociedade. Publicou diversos textos na revista “O sexo feminino”, primeiro periódico brasileiro que tratava da emancipação e dos direitos dessa população, publicado em 1873. Sua produção tinha como objetivo tornar pública a importância da emancipação das mulheres que deveria ser alcançada, tendo como base uma educação de qualidade. Procurou esclarecer como a instrução das mulheres era desenvolvida, quais as práticas de leitura e de escrita e qual era a valorização de sua atividade como profissional do magistério (Barrancos, 2022, p. 182).

Uma das maiores conquistas feministas do Brasil foi, com certeza, a lei Maria da Penha. A lei surgiu por conta da luta da própria Maria da Penha, farmacêutica que no ano de 1983 foi vítima, em duas tentativas de feminicídio perpetrados pelo seu esposo à época, Marco Antônio, economista e professor universitário. Na primeira tentativa, ele simulou um assalto, atirando contra a sua esposa. Na segunda, Marco tentou eletrocutar Maria da Penha durante o banho. Devido às inúmeras agressões que sofreu, a farmacêutica ficou paraplégica. Foi uma longa luta,

pois Marco Antônio só foi condenado 19 anos depois, em 2002. O acontecimento chegou ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sendo considerado, pela primeira vez, um crime de violência doméstica. No ano de 2016, Maria da Penha foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz.

Sobre a lei, é importante lembrar que ela tem como objetivo principal promover uma mudança de paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher. Para tanto, além de consolidar um conceito ampliado de família, ela dá visibilidade ao direito à livre orientação sexual, estimula a criação de bancos de dados e estatísticas sobre violência e apresenta proposições relativas ao papel repressivo da sociedade. Ademais, assume as diretrizes da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e incorpora a perspectiva preventiva, integrada e multidisciplinar no enfrentamento de atos violentos contra a mulher e de todos os gêneros.

No Brasil, uma importante iniciativa na luta contra a violência, foi a criação pelo Senado, em 2005, do DataSenado, que passou a realizar pesquisas anuais sobre a violência contra a mulher. Esses estudos têm sido a maior fonte de informações sobre violência doméstica no território brasileiro. A plataforma foi criada para ser um recurso auxiliar na implementação da Lei Maria da Penha, utilizando-se de estatísticas oficiais e de parâmetros objetivos para identificar ponderações tendo em vista apresentar dados que permitam estabelecer ações de interferências sobre a população de mulheres brasileiras, vítimas de violência. Trata-se da maior investigação sobre violência doméstica contra mulheres no território brasileiro. No ano de 2023 foi realizada sua décima edição, atingindo a maior amostragem da série histórica, com a participação de 21.787 mulheres em todo o País.

O instrumento de coleta das informações se encontra dividido em duas partes: A primeira que tem como objetivo pesquisar a percepção das mulheres sobre a violência, pela pergunta “Para você, nos últimos 12 meses, a violência doméstica e familiar contra as mulheres: aumentou, permaneceu igual ou diminuiu?” Para avaliar a importância desse estudo, basta analisar alguns dados de 2023: entre as mulheres pobres, negras, pardas e indígenas a percepção é que a violência aumentou, enquanto que entre mulheres brancas e amarelas a percepção é que houve redução. Ao confrontar com os dados registrados, revela-se que de fato ocorreu uma pequena redução na violência contra a mulher entre os anos de 2022 e 2023 de 86% para 74%. Cabe ressaltar, no entanto, que o percentual aponta que a violência contra mulheres pobres, negras, pardas e indígenas ainda se apresenta como um grande flagelo na vida desse grupo.

A segunda parte do instrumento tem o objetivo de analisar a visão das mulheres que já sofreram violência doméstica. Nessa etapa são realizadas duas perguntas. A primeira questiona:

“Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem: sim ou não?”. Os dados de 2023 revelam que 30% das mulheres já sofreram violência doméstica ou familiar provocada pela população masculina; outra constatação é que quanto menor a renda, maior é o percentual de mulheres que afirmam terem sido agredidas em algum momento da vida. A mesma relação pode ser constatada relativamente ao fator da cor da pele: 58,9% das mulheres que sofreram violência eram negras ou pardas, enquanto que 38,3% eram brancas. Destaca-se, ainda, o alto índice de estupros: 67,6%.

A pergunta seguinte do instrumento ajuda a esclarecer a natureza da violência predominante e sua tipicidade. Ao questionar sobre “Qual foi a tipicidade de violência: física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial?”, a investigação revelou que o tipo de violência que mais atingiu as mulheres foi a psicológica, seguida da física, da moral, da patrimonial e da sexual. Outro dado importante é sobre a identificação do autor da maior parte da violência: 67% das mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar afirmaram que ela foi praticada por homem, geralmente, parceiro íntimo: 52% pelo marido ou companheiro e 15% pelo ex-marido, ex-namorado ou ex-companheiro.

Outra informação que a investigação traz é referente a manutenção da relação com o agressor: ao ser perguntada se “o agressor ainda é seu marido: não ou sim?”, o resultado foi que, mesmo sendo agredidas pelo esposo, 26% das mulheres continuam casadas como agressor.

A questão seguinte pergunta acerca da atitude em relação à agressão. Os dados revelam que as mulheres têm procurado ajuda em maior parte com suas famílias e em igrejas. Quando questionadas se conhecem alguma medida protetiva, a grande parte respondeu que conhecem, mas pouco. Sobre a solicitação da medida protetiva, apenas 27% das entrevistadas afirmam ter solicitado. Sobre o descumprimento da medida protetiva, 48% confirmaram que seus agressores têm descumprido as medidas.

Medo e/ou dependência financeira são fatores que fazem muitas mulheres permanecerem em seus casamentos. Outro fator é que o índice de mulheres que são mortas após a separação é alto, o que causa medo de se separar. Mesmo com todas as leis e medidas de proteção, muitos homens continuam perseguindo suas vítimas e ceifando suas vidas. Para quem sobrevive, o refúgio, muitas vezes, que encontram são as igrejas, cujos padres e pastores, em diversos momentos, aconselham a sua permanência junto ao agressor. É o patriarcado alimentando a subserviência e o silêncio das mulheres e acobertando a violência contra elas.

No que diz respeito à saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos, em 2022, o maior número de mulheres que morreu em decorrência de complicações no parto foram as pretas e pardas, o dobro do que as brancas. As que tiveram maior acompanhamento pré-natal foram as

mulheres brancas, um número que gira em torno de 81%. Já o acompanhamento das mulheres pretas foi de 70,5%, das pardas de 69,9% e das mulheres indígenas de apenas 46,5%.

Quando abordamos as causas de mortes ocorridas, o aborto aparece como a quarta causa de morte de mulheres na gestação, com um percentual de 9,4% no ano de 2022.

É de grande importância que passemos a dar maior atenção à faixa etária que atinge à gravidez precoce, ou seja, não planejada. A gestação na adolescência é um problema a ser enfrentado, pois atinge uma população em idade escolar o que afeta o desenvolvimento das meninas e sua inserção na vida social, como também no mercado de trabalho. Ainda no ano de 2022, o número de meninas que não estava estudando, tampouco trabalhando, entre 15 e 29, correspondia a porcentagem de 71%.

Ao analisar todo esse contexto, percebemos que as mulheres pretas, pardas e indígenas são as que mais sofrem as consequências da discriminação. A situação do grande número de adolescentes sofrendo estupro e sendo engravidadas é outro desafio na luta feminista. Todos temos acompanhado a iniciativa de grupos conservadores de criminalizarem o aborto de meninas que engravidaram por estupro. Por razões de preconceitos religiosos e por uma visão machista sobre a vida das meninas, querem obriga-las a serem mães ainda crianças. Tal postura é o retrato mais cabal da violência contra as crianças meninas, especialmente as mais pobres e exploradas.

Outra questão relacionada à dignidade da mulher, é a tentativa de impedir o uso de métodos contraceptivos. Novamente, o machismo se faz presente, pois muitos dos parceiros optam por não se prevenir, jogando sobre a mulher a responsabilidade de “se cuidar”. Em muitos casos, muitas dessas meninas/mulheres são abandonadas tendo que criar seus filhos sozinhas, já que raramente os homens (pais) colaboram com a pensão e o cuidado, considerando que também apresentam, de modo geral, uma condição precária de sobrevivência.

Nesse ponto, precisamos discorrer sobre o aspecto da sobrecarga feminina, que além de uma jornada de trabalho exaustiva, necessita assumir os afazeres do lar, os cuidados para com os filhos e, em muitos casos, do esposo e de outros familiares. É um trabalho duplamente explorado, pois além da exploração no emprego, a mulher é explorada nos serviços que presta na reprodução e manutenção da mão-de-obra para o mercado. Betty Friedan¹¹ denuncia essa exploração em uma obra de 1971, revelando que cerca de 11% do Produto Interno Bruto dos Estados Unidos era decorrente, naquela época, da exploração do trabalho doméstico feminino. Em nossa época, as formas de exploração estão sendo ainda mais sofisticadas, o que incrementa

¹¹ Betty Freidan, apresenta essa análise na contracapa de sua obra “A mística feminina” (1971).

o abuso na exploração do trabalho feminino. O abuso do trabalho feminino é um ciclo sem fim, pois mesmo aquelas donas de casa que contam com uma empregada doméstica, não deixam de ser exploradas, compartilhando tal abuso com a exploração de sua própria empregada. O neoliberalismo tem ampliado e sofisticado tal processo.

O que podemos perceber é que há no Brasil ainda uma forte predominância de visão que atribui como justificativas das diferenças e das discriminações entre homens e mulheres a um problema de ordem biológica ou sexual. Isso tem sido utilizado para justificar a exploração do trabalho da mulher e a manutenção da discriminação feminina. Um exemplo típico da exploração do trabalho feminino é a baixa remuneração em algumas funções exercidas pelas mulheres. Em uma pesquisa realizada no início de 2024, foi constatado que mulheres ganham 19,4% menos do que os homens ao exercerem funções semelhantes em cerca de 49 mil empresas no Brasil. Quando se trata de cargos de liderança, o número é ainda maior, chegando a 25, 2%. Nas atividades das mulheres de classes sociais mais pobres, tal discriminação é ainda mais avassaladora, chegando, em alguns casos perto de 50%. Todos esses dados estão registrados no Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios¹². Na tentativa de superar essa injusta diferença, foi promulgada, em 2023, a Lei nº 14.611, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecendo a obrigatoriedade de igualdade salarial entre homens e mulheres. A lei é importante, mas sua realização depende de muita luta de parte das mulheres.

Os dados do Brasil revelam que, infelizmente, as mulheres continuam sendo discriminadas, exploradas, violentadas, mortas. Tal situação é ainda mais lamentável no que tange às negras, indígenas e pobres. A discriminação contra essas mulheres ocorre diariamente, especialmente dentro do próprio lar. Isso denota a necessidade de uma política pública contra a violência de qualquer natureza. A disposição para a violência e a exploração só pode ser combatida por uma política pública que assegure a justiça e a liberdade de todos.

A reflexão sobre a representação das mulheres em contextos diversos de uma sociedade complexa como a vigente, em que se faz presente uma multiplicidade de narrativas midiáticas, é certamente um dos maiores desafios, considerando a diversidade que esse grupo representa. A opressão de gênero, apesar de sua presença na dimensão de um coletivo, não pode ser considerada o único marcador da exploração feminina. Reflexão sobre a condição de ser e viver das mulheres implica, portanto, ter a consciência de que a questão feminina deve ser

¹² O Relatório reúne dados anonimizados permitindo a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia, preenchidos por mulheres e homens, a partir das estatísticas sobre outras possíveis desigualdades decorrentes de raça, etnia, nacionalidade e idade.

confrontada com outras instâncias, além da opressão de gênero. Essa é, justamente, a problematização em que se insere a teoria e a prática interseccional de análise aqui proposta. Raça, classe e sexualidade (Davis, 2016; Hooks, 1981; Lorde, 2020) precisam ser relacionadas à crítica da heteronormatividade (Butler, 2003), unindo gênero com os demais marcadores que se interseccionam para refletir e compreender as opressões sofridas. Não é uma tarefa simples, essa de atravessar as questões identitárias que se cruzam e entrecruzam (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019) e perceber quais interseccionalidades de opressão se chocam e se entrelaçam (Collins, 2019), gerando as violências sofridas pelas mulheres.

A interseccionalidade das investigações tem apontado que a violência ocorre em diversas instâncias e diferentes proporções, tanto em quesitos mais elementares como o futebol, até pautas que envolvem o poder, como no envolvimento das mulheres na vida política e social da Nação. No futebol, para exemplificar, vemos como a discriminação se faz presente considerando a questão de gênero. A presença da mulher em um campo de futebol foi vista, por muitos anos, como um acinte. O direito de a mulher poder exercer a profissão de jogadora de futebol só ocorreu em 1979. No entanto, embora as mulheres promovam a mesma modalidade de esporte, elas não são valorizadas por seu desempenho em campo e a remuneração de sua profissão de jogadora é muito menor do que o cargo dos homens. Ademais, seu corpo é explorado ao extremo como um corpo sexualizado, como mercadoria, sendo valorizado muito mais pela sedução que produz do que pelo desempenho atlético que apresenta.

A história relata que foram anos de luta para que a mulher pudesse garantir seu espaço como jogadora ou torcedora. Nos últimos anos e com a escolha do Brasil para sediar a copa do mundo feminina de futebol, tem surgido um maior número de telespectadores, desde meninas e meninos, até mulheres e homens. Mas mesmo assim, ainda falta um olhar atento a todas que praticam esse esporte. Quando comparado ao futebol masculino, infelizmente, o feminino é pouco considerado. Não enxergamos um grande número de camisetas com os nomes de jogadoras, como vimos de jogadores. Ainda se palpita muito sobre a ideia de que o futebol só fica mais interessante quando praticado por homens. O salário também ainda é muito inferior ao recebido pelos homens, como já analisamos anteriormente.

No que tange à questão da participação política, nos últimos anos temos visto algumas mulheres se lançarem na política e sendo eleitas para diversos setores. O percentual de representação feminina nos órgãos eletivos tem crescido, embora, o número continue ainda pouco representativo diante da predominância populacional da mulher que ultrapassa 50% do eleitorado. De outro modo, observa-se que sua presença fica restrita a cargos mais elementares, como de deputadas e vereadoras. Poucas são as eleitas para os cargos de maior poder, como de

governadora, senadora, vereadora ou prefeita¹³. Revela-se ali uma desconfiança sobre o poder de administração da mulher. O acesso a funções públicas por concurso tem revelado crescimento na participação de mulheres, mas o número de concursadas ainda é muito inferior aos homens.

O preconceito se torna mais presente quando uma mulher se dispõe a concorrer a funções superiores da administração pública. Para tanto, basta lembrar o caso da ex-presidente Dilma Rousseff, que mesmo sendo eleita presidente em dois mandatos, no segundo, sem nenhuma comprovação de algo ilícito, foi deposta por um ato machista e de interesse corporativo das elites do Brasil. Podemos afirmar que a ex-presidente foi vítima do preconceito sexista da nossa sociedade. Por ser mulher, sofreu as mais infames agressões de desrespeito e desqualificação, questionando sua capacidade de comandar um País como o Brasil. Muitas análises denotam que as denúncias foram inconsequentes e infundadas. O processo foi fruto da manipulação e de enfrentamento da figura de uma mulher competente e corajosa¹⁴.

O feminismo no Brasil é marcado por muitas contradições e ambiguidades. Uma delas se refere ao próprio papel retrógrado que muitas mulheres e alguns movimentos feministas têm exercido no enfrentamento das lutas relacionadas aos diferentes gêneros. Esse é um desafio que precisa ser confrontado e, para tanto, a educação possui um papel fundamental de promover um ensino mais justo e equânime. Combater o anti-feminismo e as formas retrógradas de compreender a condição feminina no contexto escolar e nos mais diversos espaços, exige capacidade de discernimento, de construção crítica e de mobilização social sustentada em um processo dialógico emancipador, como propõem Freire e Hooks e outros autores.

¹³ Uma pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2020, apresenta que foram eleitas 651 prefeitas, contra 4.750 prefeitos. De outra parte, o site “Poder 360”, de 2022, apresenta que foram eleitas somente duas governadoras mulheres, contra 25 governadores homens. Já Câmara dos Deputados teve crescimento no número de deputadas, passando de 77 em 2018, para 91 nas eleições de 2022. Mas o número representa somente 17,9% do total de deputados. Já o quadro do Senado teve redução da representação feminina, de 12 para 10 senadoras. Este quadro se repete entre os deputados estaduais, os prefeitos e os vereadoras. Os dados revelam que o crescimento da participação feminina na política é lento e a representatividade é ainda está muito aquém do minimamente desejável, considerando a proporcionalidade da população feminina do país.

¹⁴ Em uma matéria do Brasil de Fato, realizada em 2021, os articulistas retratam o machismo que a ex-presidente Dilma sofreu durante o processo do seu impedimento. Em algumas passagens a própria Dilma relata como se Apesar dessa reação machista, a eleição de Dilma foi um marco na luta das mulheres pela participação na vida política da Nação. Em sua obra “História dos feminismos na América Latina”, Barrancos (2022), ressalta o crescimento da mulher na sociedade, citando o exemplo de Dilma. Escreve ela: Nas últimas décadas, o Brasil experimentou um crescimento muito importante dos movimentos de mulheres e das sexualidades dissidentes. Este país consagrou uma presidente mulher, Dilma Rousseff, por dois mandatos, mas ela foi destituída dramaticamente em 2016, por meio de um complô, que não pode fugir, entre suas arestas, da perspectiva analítica das relações de gênero (2022, p. 192). Sentiu diante dos fatos, demonstrando clareza sobre a armação montada pelos seus detratores, a maioria homens. Posteriormente, a própria justiça reconheceu a inocência da ex-presidente.

A educação tem sido um dos campos em que a atuação da mulher tem crescido em grande escala. Com efeito, como comprovam as estatísticas, as mulheres constituem a maior parte da mão de obra docente no ensino fundamental e sua presença tem crescido no ensino médio e superior nos últimos anos. A feminização da docência no Brasil é um fato concreto, sustentado em dados estatísticos a partir do início do século XXI. A pergunta que cabe ser feita é: qual a razão dessa feminização e quais as justificativas da baixa remuneração do trabalho que elas exercem nas escolas?. Considerando que historicamente a mulher foi colocada em segundo plano no campo das profissões, porque ela se torna a mão de obra preferencial no âmbito da educação, especialmente na educação fundamental? Que implicações tem a maior presença feminina na definição da educação oferecida às novas gerações? Ela implica no surgimento de uma visão menos machista, autoritária e patriarcal de formação? São essas questões que serão tratadas no capítulo a seguir.

3 FEMINISMO E EDUCAÇÃO: TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Neste capítulo, apresentamos uma síntese das principais proposições pedagógicas que têm orientado a formação da mulher ocidental, apontando suas tendências, justificativas e limitações. A seguir, destacamos os princípios que têm orientado a educação feminista na época vigente e suas implicações sobre a formação da mulher contemporânea. Por fim, analisamos a função educativa da mulher e sua inserção na educação, especialmente como profissional do ensino fundamental e da educação infantil.

3.1 Contextualizando a origem das lutas feministas: a educação da mulher na ordem patriarcal e sua atualização

A compreensão da questão do feminismo passa pelo esclarecimento histórico da formação da mulher brasileira, mormente pela educação que ela recebeu no decorrer dos anos, especialmente pela família, escola e por outras instituições sociais.

A origem da família brasileira expõe um estereótipo comum da época patriarcal, em que predominava a figura do marido autoritário. A mulher e os filhos, às vezes, também escravos e concubinas, eram vistos como serviçais da figura do patrão. A mulher, de modo especial, tinha que ser uma criatura passiva e indolente, que vivia enclausurada em sua casa, severa e ao mesmo tempo cuidadosa para com seus filhos, submissa e disponível ao marido.

Silva e Bastos (2021, p. 189) nos apresentam a visão da sociedade patriarcal sobre a figura da mulher:

A figura da mulher na sociedade sempre foi estigmatizada pelas funções de esposa, mãe e dona de casa. Por esse motivo, seu papel sempre orbitava em torno desses modelos, cuidando do marido, dos filhos e da família. Qualquer comportamento feminino que se desviasse do propósito familiar, poderia ser considerado uma transgressão, enquadrando as agentes como rebeldes, vadias ou questionadoras do seu destino, aquelas que negavam sua própria natureza. No Brasil, a mentalidade vigente desde o período colonial se regia pela fé católica e suas normatizações da vida, cujo elemento central de moralização se referia ao controle da sexualidade. Esse controle recaía, sobretudo sobre a mulher. Sob essa visão, pouco se valorizava a instrução feminina.

Durante séculos, se afirmou que não era “conveniente a mulher ser livre, esclarecida e alfabetizada”. Conforme descreve Louro (2010, p. 446-447),

Na opinião de muitos, não havia por que *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, *o pilar de sustentação do lar*, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. Ainda que o reclamo por educação feminina viesse a representar, sem dúvida, um ganho para as mulheres, sua educação continuava a ser justificada por seu destino de ser mãe.

Na sociedade patriarcal, a mulher sempre foi vista como um ser para reproduzir e cuidar do lar, isso é, ser preparada para a maternidade e para os cuidados da casa. Essa concepção, apesar das muitas críticas, ainda está presente na sociedade. Muito embora, o número de mulheres que não pensa na possibilidade de se casar e ter filhos tenha aumentado, para grande parte da população feminina, o sonho é conseguir se casar e assumir a função de doméstica. As que se opõem a tal condicionamento são taxadas de insensíveis ou até mesmo de arrogantes, já que o destino feminino sempre foi visto como o de *maternar*¹⁵. A dedicação à família e à geração de filhos é seu destino. Não cumprir tal função pode colocar em risco a reprodução de mão-de-obra e de consumidores, tão fundamentais para o mercado.

O que tem feito a mulher manter a tendência ao conservadorismo e dar continuidade ao papel de subserviência na ordem patriarcal? Que princípios formativos têm levado a mulher a manter sua disposição de assumir o papel secundário na reprodução da sociedade, tão intensamente criticado nos últimos anos? Em que termos a educação tem contribuído para a manutenção dessa condição da exploração feminina?

Para responder a essas questões, é necessário esclarecer a pedagogia machista e autoritária que ainda persiste e que tem sido cada vez mais sofisticada na sociedade neoliberal vigente. A luta feminista tem sido utilizada como um importante recurso de potencialização da exploração feminina e de sua submissão aos interesses dominantes. De acordo com Nancy Fraser (2024), o próprio feminismo, em alguns casos, tornou-se um serviçal do capitalismo neoliberal criando novas desigualdades entre homens e mulheres e ampliando o abuso feminino. Sob narrativas progressistas, misturam-se as demandas emancipatórias com as necessidades da reprodução capitalista e sua manutenção.

¹⁵ Exercício do vínculo necessário para atender às necessidades psíquicas e físicas para que o bebê ou a criança tenham um desenvolvimento emocional saudável. No entanto, esta tarefa foi atribuída exclusivamente à mulher, daí o termo *maternar* que oferece uma forte conotação com a figura da mãe. No entanto, o cuidado da criança não deve ser uma responsabilidade exclusiva da mãe, mas de todos os adultos que a cercam e por ela são responsáveis.

A retomada do patriarcado e a intensificação da exploração do trabalho feminino pode ser identificada no papel do Estado neoliberal. O Estado neoliberal não tem nenhum apreço por políticas de democratização, de colaboração ou de incentivo a novas formas de relações sociais. Ao contrário, ele tem diminuído sua atuação no combate à desigualdade em todas as esferas.

Sua proposta é de privatizar tudo, desde o trabalho doméstico até escolas e creches. A posição de tudo privatizar, traz um grande prejuízo às mulheres em dois sentidos: primeiro, pela diminuição do Estado na arena social como um todo, retirando importantes tarefas que passam a ser de responsabilidade da população feminina; segundo, pela responsabilização individual, que não leva em conta as limitações estruturais da condição de mulher na sociedade de mercado. Além disso, ao dar ênfase à liberdade individual, ele acaba por ignorar as estruturas de opressão existentes na sociedade patriarcal. Ao jogar sobre a mulher a responsabilidade de seu sucesso, o Estado desconsidera toda a estrutura opressiva que se apresenta em uma sociedade capitalista, machista. Um exemplo é o caso das trabalhadoras domésticas, que diante das desregulamentações trabalhistas, têm feito com que 70% trabalhem na informalidade. Ademais, muitas delas não dispõem de creches ou escolas de educação infantil para deixarem seus filhos enquanto trabalham.

A educação tem tido um importante papel na luta feminina, na busca do reconhecimento e a conquista da alguma liberdade. Ela possibilitou que a situação feminina passasse de um problema da esfera doméstica para a instâncias públicas. No entanto, mesmo tendo muitas conquistas no decorrer dos anos, ela tem apresentado muitas limitações e ambiguidades.

Almeida (2000, p. 6) destaca a importância da educação escolar como uma conquista da mulher contemporânea. Escreve o autor: “[...] as mulheres viam no acesso ao letramento e ao conhecimento o caminho mais direto para a liberação feminina das limitações a que estavam sujeitas, considerando que a educação e a instrução promoveriam avanços significativos na existência feminina”.

No entanto, as conquistas vêm sendo utilizadas para intensificar a exploração feminina, como ocorre, por exemplo, na educação pelo processo de feminização da profissão docente. Com efeito, o ingresso da mulher na educação e na docência não ocorreu em razão do reconhecimento dos direitos dela à educação, mas por uma outra razão. Conforme esclarece Vianna (2013, p. 164),

A chamada feminização do magistério caracteriza-se ao longo da história como um fenômeno internacional pautado por alterações nas relações econômicas e patriarcais que configuram a própria definição de magistério... No Brasil, a maciça presença de mulheres no magistério do ensino primário refere-se a um longo processo que tem início durante o século XIX com as escolas de improviso, que não mantinham vínculos com o Estado, intensificando-se com a instituição das escolas seriadas após a República e com a progressiva extensão das escolas públicas, já em meados do século XX.

E conclui a autora:

Mas não se trata apenas da presença do sexo feminino, a entrada das mulheres no magistério deve ser examinada a partir das relações de classe e gênero. Podemos então lembrar que se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe, mas também protagonistas da luta pelo alargamento da participação feminina na esfera econômica. Essa característica se mantém ao longo dos séculos XX e XXI, acompanhada de intensas alterações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas. A configuração desse processo que culmina com a constatação de uma maioria absoluta de mulheres no magistério na década de 1990 relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas (Vianna, 2013, p. 164-165).

Portanto, o que explica a grande empregabilidade das mulheres é a aguda diferenciação salarial decorrente da relação simbiótica entre patriarcado e capitalismo, que cada vez mais precisa flexibilizar a maximização de lucro. Assim, além da maior disponibilidade da mulher de lidar com os alunos, especialmente com crianças, a principal razão de sua incorporação massiva como força de trabalho na educação se deve à sua disposição decorrente de uma cultura patriarcal capitalista, exploradora, que a torna subserviente e predisposta a aceitar menores salários, inclusive quando exercem as mesmas funções dos trabalhadores masculinos.

Um estudo trazido à público pela Agência IBGE de Notícias, revela importantes dados sobre a exploração do trabalho feminino. Em 2022, enquanto as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas, os homens gastaram 11,7 horas. Já as mulheres pretas ou pardas dedicaram 1,6 horas a mais por semana nessas tarefas do que as brancas. De outra parte, enquanto que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi de 53,3%, a taxa dos homens foi de 73,2%. Isso equivale a uma diferença de 19,9 pontos percentuais. De outro modo, a taxa de informalidade das mulheres brancas era de 39,6%, enquanto as dos homens brancos era de 37,3%. Já quando discorremos a respeito dos dados das mulheres pretas ou pardas que atuam na informalidade o índice chega a 45,4% diante de 30,7% dos homens brancos. A diferença entre informalidade da mulher negra ou parda em relação ao homem branco chega a ser de quase 15%. Nesse mesmo estudo, o rendimento das mulheres foi, em média, equivalente a 78,9% do rendimento dos homens. No início da série

histórica, em 2012, essa razão era estimada em 73,5%. A maior diferença no rendimento, em 2022, foi constada no grupo de profissionais das ciências e dos intelectuais: as mulheres receberam o equivalente a 63,3% da média dos homens. A proporção de mulheres brancas com 25 anos de idade ou mais que tinham completado o nível superior (29,0%) era o dobro da observada para as pretas ou pardas (14,7%). Cerca de 32,3% das mulheres do País estavam abaixo da linha de pobreza, ou seja, tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia, segundo critério do Banco Mundial. Essa era a situação de 41,3% das mulheres pretas ou pardas que vivem no Brasil, contra 21,3% das brancas. Em 2020, com a pandemia de Covid-19, a razão de mortalidade materna cresceu 29% na comparação com o ano anterior, atingindo a marca de 74,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos. No ano seguinte, essa proporção foi de 117,4/100 mil. Em 2022, a razão de mortalidade materna caiu, sendo estimada em 57,7 a cada 100 mil nascidos vivos. Em 2019, considerando apenas a principal violência sofrida nos últimos 12 meses, cerca de 5,7% das mulheres brancas relataram ter passado por violência psicológica, física ou sexual praticada por ex ou atual parceiro íntimo. A proporção era maior para as mulheres pretas ou pardas (6,3%). Embora a proporção de deputadas na Câmara Federal tenha aumentado de 14,8%, em setembro de 2020, para 17,9%, em novembro de 2023, o País se encontrava na 133ª posição de um ranking de 186 Países e tinha posição inferior a várias Nações latino-americanas como o México, Argentina, Equador e Bolívia (Brasil, 2024).

A subserviência feminina decorre, portanto, da junção de interesses patriarcais e liberais capitalistas. O arrocho salarial e a estratificação sexual na carreira do magistério são duas facetas da feminização da docência. Soma-se a elas a questão dos significados de gênero associadas à identidade docente e às relações que ocorrem no contexto escolar. Os dados do Censo Escolar 2022, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, apresentam os seguintes dados sobre o trabalho de mulheres na educação: Educação Infantil - 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola; Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) - 77,5%; Ensino Médio - 57,5%. Quando se trata de mulheres no ensino superior, sua predominância ocorre nas seguintes áreas: Ciências Sociais, Comunicação e Informação – 72% e na Educação - 77,9%; Saúde – 73,3% (não inclui profissionais da medicina).

Em muitas circunstâncias, o predomínio de mulheres tem servido de justificativa para os baixos salários, como é o caso das professoras e das trabalhadoras da área da saúde. A velha alegação de que uma educadora ou servidora não precisa ganhar bem, pois tem o marido que a provê, é a manifestação mais abjeta do machismo atrelado ao capitalismo neoliberal.

No caso da educação, o pouco reconhecimento acompanha a exploração salarial das professoras, embora em tal quesito existe uma identificação da classe, sem diferenciação em razão do fator gênero. Como podemos constatar, a suposta valorização da mulher em determinados contextos provém muito mais por razões de interesses do poder dominante, tanto econômico como político, do que em decorrência do reconhecimento dos méritos das lutas feministas. O reconhecimento só ocorre no momento em que a ideologia dominante começa a perceber possibilidades de se beneficiar com as conquistas feministas. As concessões avançam até o limite dos interesses sistêmicos existentes.

3.2 Gênero, identidade e relações pedagógicas na escola: a presença da mulher na educação

Para o entendimento do feminismo na educação, precisamos tratar de uma importante questão sobre a representatividade das mulheres, confrontando identidade feminina e gênero no contexto educacional. A questão que se coloca é: a presença feminina na escola é uma questão de gênero ou se restringe a questão da identidade feminina de professores e de alunos no relacionamento que se estabelecem na escola? A pergunta é seguida de outras: Qual o papel das mulheres no desenvolvimento do feminismo e de uma educação feminista? Qual a contribuição dos homens e das pessoas dos demais gêneros no desenvolvimento de uma educação feminista?

Como vimos na caracterização do histórico do movimento feminista, em determinado período no seu debate foi introduzido o conceito de “gênero” como categoria analítica, relacionando o feminismo com questões sociais, trazendo ao debate novas visões epistemológicas e abordando a relação entre feminismo e poder (Almeida, 2000). Essa análise trouxe novas perspectivas para a compreensão do fenômeno acarretado pelo feminismo e a possibilidade de seu desenvolvimento. O debate problematiza a questão da identidade e da representação das mulheres no campo do poder político.

Judith Butler, ao refletir sobre o tema da representação, revela uma contribuição muito importante para a discussão sobre a presença da mulher na política. A filósofa norte-americana é categórica ao afirmar que não basta indagar e fazer uma analítica das condições de reprodução de poder e de opressão que estão presentes nas instituições, em que as mulheres buscam espaços para a sua liberação. O desafio é bem maior e sua compreensão exige alguns esclarecimentos. Afirma a autora:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (Butler, 2003, p. 19).

Butler parte dessa compreensão para realizar uma crítica à categoria de identidade, mais especificamente, à identidade do sujeito do feminismo: A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento (Butler, 2003, p. 23). Buscar sustentação em uma ideia de identidade da mulher para justificar e orientar uma prática feminista de educação, é desconhecer o poder reificador do gênero e da identidade. É preciso desenvolver uma proposta política e pedagógica que seja capaz de contestar as próprias reificações de gênero e de identidade, desenvolvendo uma visão política no que tange ao problema do feminismo, considerando sua constituição social atrelada ao poder mobilizador e explorador da sociedade contemporânea.

No entendimento de Butler (2003, p. 37) “[...] as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero”. Isso, implica considerar que a discussão sobre a identidade não pode vir antes da pauta sobre a identidade de gênero. Ou seja, as pessoas precisam ser reconhecidas como homens ou mulheres para “ter” uma identidade de gênero e conseqüentemente uma identidade inteligível. Ocorre que a identidade só surge em decorrência de uma produção discursiva, o que significa dizer, que a identidade é uma decorrência de uma produção discursiva. O sujeito não é anterior ao que ele expressa, mas um efeito do que ele relata. Nos termos de Butler (2003, p. 48),

[...] o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.

A ponderação de Butler nos parece muito produtiva para pensarmos a educação feminista na escola. A formação da identidade de gênero entendida não como uma decorrência de uma condição natural ou biológica, mas como resultado de uma produção social e política dessa identidade. Isso nos leva a concluir que a presença de gênero, isto é, a simples presença de mulheres no ambiente escolar, não é garantia para o desenvolvimento de uma educação feminista, mas que ela depende de uma produção coletiva, envolvendo todos os gêneros. A educação feminista requer uma estrutura de poder socialmente instituída e de uma prática cotidiana de produção da feminilidade. Não há identidade que seja anterior e causa dos meus

atos. São os atos meus que produzem uma identidade que tem a aparência de ser permanente. Gênero não é algo que somos, mas algo que fazemos. Por isso, o feminismo pode ser realizado por uma pessoa isoladamente, seja de que gênero for.

Podemos fazer uma analogia desta questão de ser feminista e de ser professora a partir da obra “Professora, sim; tia, não: Cartas a quem ousa ensinar” (1993). Paulo Freire apresenta uma crítica à transformação da professora em tia e chama atenção para a função que a torna efetivamente professora, não tia. Escreve Freire (1993, p. 9):

O que me parece necessário na tentativa de compreensão crítica do enunciado professora, sim; tia, não, se não é opor a professora à tia, não é também identificá-las ou reduzir a professora à condição de tia. A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, “longe” dos alunos.

A escrita de Freire denuncia um preconceito enraizado em nossa cultura machista. A identificação da professora com a tia revela a ideia de que, por ser mulher, a professora pode ser tratada como uma “alguém da família”. Ela não é exatamente uma profissional, mas uma substituta da mãe, da irmã, de uma cuidadora substituta. Do ponto de vista da temática que estamos analisando, tal fato traduz a subserviência e a exploração a que a mulher se encontra envolvida no exercício docente. É o feminismo tomado às avessas, servindo para justificar a desqualificação do trabalho feminino. Por isso, Butler tem razão em chamar atenção para o problema da produção da identidade de gênero como fator de opressão.

Quando dissertamos sobre identidade de gênero feminino, temos que ter presente que não se trata de uma concepção biológica de um grupo social, as mulheres, mas de um conceito que se constitui pelo processo relacional. Ele envolve, em decorrência, todos os indivíduos que se identificam de alguma forma com a questão do feminismo. Como observa Vianna (2013, p. 171),

Nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos. Não para dizer que sempre foi assim, ou que é próprio de nossa “natureza”, mas para afirmar que as expressões das masculinidades e das feminilidades são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto.

Tal concepção de socialização como o processo de constituição histórica de nossa identidade é um referencial importante para pensarmos uma perspectiva crítica e transformadora da condição humana sob a influência da educação feminista. Ao vincularmos a formação humana a um processo relacional e a produção da identidade não como uma estrutura definitiva, decorrente de determinado fator sexual natural, abrimos a possibilidade de um processo formativo aberto e libertador. Ampliar o foco para o conceito de gênero, significa permitir que a ação transformadora da escola possa auxiliar para o acolhimento de múltiplos significados de feminilidade, de masculinidade, enfim, de sexualidade, superando as visões empobrecidas de vida decorrentes do ponto de vista machista e patriarcal.

3.3 Concepções, princípios e diretrizes de uma pedagogia feminista: Freire e Bell Hooks

A educação é um relevante fator na luta feminista, principalmente quando ela assume uma postura transformadora que promove o desenvolvimento de uma cultura que supera a discriminação e a violência contra a mulher. A educação feminista precisa atingir, para tanto, questões que envolvem dimensões de identidade sob diversos aspectos, desde a formação familiar, a integração e reconhecimento social, o respeito às diferenças de toda ordem, tanto corporal como psicológicas, a superação das desigualdades e a realização da equidade no trabalho e nas demais dimensões da vida.

O papel da educação para que haja a igualdade de gênero é primordial e, em razão disso, é importante que a escola se abra para discutir a temática educacional, envolvendo todos os gêneros. Ao trabalhar a questão de gênero, é importante promover novas reflexões, pois por mais que já tenhamos conquistado muitos direitos e mudado muitas concepções, ainda estamos a conviver com grandes desigualdades e discriminações.

Nossa preocupação é, especificamente, a educação feminista e o desenvolvimento de uma pedagogia feminista. Mas o que é educação feminista e qual sua especificidade?

Existem muitas abordagens sobre a educação e sobre as pedagogias feministas. Nesse trabalho, porém, iremos nos centrar em duas referências: Paulo Freire e Bell Hooks. A escolha decorre da proximidade dessas duas tendências e de sua fecundidade pedagógica.

Paulo Freire e Bell Hooks tiveram a possibilidade de estabelecerem alguns contatos em suas vidas e promoverem alguns debates muito provocativos. Mas sempre mantiveram uma relação respeitosa, amorosa e de responsabilidade mútua.

A biografia de Paulo Reglus Neves Freire, ou simplesmente Paulo Freire, se confunde com a história política das últimas décadas do século XX, estando presente ou interferindo no avanço e no recuo do processo democrático nacional ao longo da segunda metade do século XX no País e no exílio. Nascido em 1921, Freire viveu sua juventude e as duas primeiras décadas de sua vida em Recife, onde, apesar das dificuldades financeiras, sobretudo, a partir dos seus dez anos de idade, conseguiu concluir os estudos básicos e ingressar em uma faculdade pública, a de Direito de Recife, tradicionalmente ocupada pelos herdeiros das elites pernambucanas. O contexto em que nasceu é profundamente marcado pela pobreza de grande parte da população herdeira da escravidão de populações indígenas, africanas e mestiças, além de uma cultura colonial e fortemente patriarcal. A história subsequente de seu trabalho como educador e como intelectual crítico todos conhecem. Faleceu em 1997 e se tornou patrono da educação brasileira. Bell Hooks nasceu no ano de 1952, em Hopkinsville, ao sul dos EUA e faleceu em 2021, ano do centenário de nascimento de Freire. Ela foi uma ativista negra norte-americana, escritora, pensadora e professora. Nasceu também em um contexto intensamente marcado pela escravidão de populações negras, africanas e suas descendentes: Kentucky. Sua história é marcada pelos brutais reflexos da política escravista, sustentado pelo patriarcalismo. Bell Hooks foi e continua sendo figura importante para o movimento feminista e antirracista. Sua trajetória dentro da academia foi extremamente importante para seu sucesso como intelectual, ativista e escritora. Publicou mais de 30 livros em torno de questões de empatia, resistência, racismo, desigualdade social, feminismo, gênero, educação. Para mostrar a importância de suas escritas e seu legado, escreveu seu nome sempre em letras minúsculas, algo diferenciado, registrando sua marca e sua resistência.

Iniciamos esse tópico afirmando que um dos fundamentos das duas abordagens consiste na prática pedagógica da dialogicidade, ou seja, no princípio pedagógico que se propõe a ouvir as mulheres e indivíduos de outros gêneros no processo de formação a partir das suas próprias experiências cotidianas, considerando-os sujeitos do conhecimento e da ação. Diálogo é palavra, constituída de ação e reflexão, portanto de práxis; ouvir a palavra verdadeira transforma as pessoas, e as pessoas transformadas podem, então, transformar o mundo. A valorização da palavra das mulheres e de suas lutas pela libertação são referências permanentes nas propostas pedagógicas que os dois desenvolvem.

O tema da opressão e a busca incessante da libertação são outros conceitos importantes dos dois autores. Aliás, é de conhecimento geral o quanto ambos se alimentavam em suas reflexões sobre a possibilidade da educação se transformar em emancipadora e a pedagogia em uma práxis libertadora.

Paulo Freire deu visibilidade às mulheres em seus escritos, especialmente devido à interpelação de feministas estadunidenses, dentre elas Bell Hooks, que lhe escreviam e interpelavam perguntando sobre as mulheres em seus textos, problematizando a linguagem machista utilizada em seus escritos. Embora tenha relutado num primeiro momento sobre a linguagem machista de suas obras, logo acolheu a crítica e reconheceu a influência da cultura patriarcal, tal como ele relata em *Pedagogia da Esperança* (1992).

A contribuição de Freire à pedagogia feminista é reconhecida por Louro (2011, p. 119), quando escreve:

Suas críticas à “educação bancária” e sua proposta de uma “educação libertadora” são conhecidas internacionalmente e frequentemente são referências destacadas nas pedagogias feministas. É claro que, nesse caso, os sujeitos em foco são, primordialmente, as mulheres.

Pedagogia do Oprimido (1997), assim como *Pedagogia da Esperança* (1992), *Educação como Prática da Liberdade* (1978), *Pedagogia da Autonomia* (1996) e as demais obras de Freire, interpelam as mulheres para a luta pela libertação e a superação de toda e qualquer forma de opressão. Quem são os oprimidos de quem fala Freire? Na contemporaneidade, além do explorado econômico, do condenado à ignorância, do negro, do índio, do mestiço, do portador de qualquer marca produtora de discriminação, dos indivíduos *racializados*, dos imigrantes, refugiadas, das pessoas com deficiências, dos indivíduos violentados, dos cidadãos marginalizados, dos presos sem julgamento, são certamente as mulheres e as pessoas de diferentes gêneros (cis e trans, LGBTQ+). São mormente mulheres e pessoas da classe trabalhadora e indivíduos de diferentes gêneros, cujas necessidades e desejos são negados ou deturpados pelo sistema econômico e político vigente.

Os movimentos feministas e as mulheres feministas sempre encontraram um abrigo no pensamento pedagógico de Freire e se sustentaram em suas argumentações na luta pela libertação. A linguagem machista não impediu que as feministas entendessem a mensagem escrita por Paulo Freire, pois identificaram as mulheres como oprimidas. Ao perceberem a necessidade de desenvolver uma pedagogia que promovesse reflexão sobre a opressão vivenciada pela população feminina foram impulsionadas a desenvolverem ações promotoras

de mudanças efetivas em suas vidas. À pedagogia da oprimida, associaram uma educação como prática da liberdade (Freire, 1978).

Quando reconhece o machismo como um vírus do opressor, internalizado em si, Paulo Freire realiza um movimento genuíno da práxis, da qual é porta-voz. Bell Hooks relata o quanto ele foi um exemplo vivo do que ele defendia, reconhecendo seus limites e o poder da dominação da cultura machista, patriarcal, sobre si mesmo e sobre outros críticos. A manifestação de Bell Hooks (2017, p. 69-70) é muito esclarecedora a esse respeito:

Enquanto lia Freire, em nenhum momento deixei de estar consciente não só do sexismo da linguagem como também do modo com que ele (e outros líderes políticos, intelectuais e pensadores críticos progressistas do Terceiro Mundo, como Fanon, Memmi etc.) constrói um paradigma falocêntrico da libertação - onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa. Isso é sempre motivo de angústia para mim, pois representa um ponto cego na visão de homens, que têm uma percepção profunda.

Diante de tal situação, a pensadora norte-americana alerta que tal ponto cego não deve ser motivo para descartar esses pensadores, principalmente quando são feministas que as leem, pois ela acredita que se pode aprender com suas percepções e, a partir da criticidade e da observação por meio das lentes de gênero, esse ponto cego pode ser visibilizado e, portanto, problematizado. Escreve Hooks (2017, p. 70):

O sexismo de Freire é indicado pela linguagem de suas primeiras obras, apesar de tantas coisas continuarem libertadoras. Não é preciso pedir desculpas pelo sexismo. O próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. Mas questionamento crítico não é o mesmo que rejeição.

Em outro texto destaca ainda mais intensamente esta admiração crítica de Bell Hooks (2027, p. 49-50) pelo pensamento de Freire:

É o pensamento feminista que me capacita a fazer uma crítica construtiva ao trabalho de Freire (que eu precisava para que, como jovem leitora de seu trabalho, não absorvesse passivamente a visão de mundo apresentada) e, no entanto, há muitos outros pontos de vista a partir dos quais me aproximo de seu trabalho que me permitem experimentar seu valor, que tornam possível que esse trabalho me toque no âmago do meu ser. Ao conversar com feministas acadêmicas (geralmente mulheres brancas) que sentem que devem dispensar ou desvalorizar o trabalho de Freire por causa do sexismo, vejo claramente como nossas diferentes respostas são moldadas pelo ponto de vista que trazemos para o trabalho. Cheguei a Freire com sede, morrendo de sede (de modo igual ao do sujeito colonizado e marginalizado, que ainda não sabe como quebrar o status quo, que anseia por mudanças, que é carente e que está sedento), e encontrei em seu trabalho uma maneira de saciar essa sede. Ter um trabalho que promove a própria libertação é um dom tão poderoso que não importa tanto se o dom é falho. [...]. O trabalho de Paulo tem sido água viva para mim.

Como vemos, apesar de suas pertinentes críticas, Bell Hooks sustenta-se em Freire para desenvolver sua pedagogia feminista, reconhecendo o potencial libertador do pedagogo brasileiro. Sua proposta pedagógica é de identificar as armadilhas da desigualdade de gênero e a violência como estrutura social. Para a autora, “a violência masculina contra a mulher nas relações pessoais é uma das expressões mais flagrantes do emprego abusivo da força para manutenção do controle e da dominação” (Hooks, 2019, p. 179). No entendimento da educadora americana, a tarefa educacional é “encorajar as mulheres a lutar pela educação, para desenvolverem seus intelectos” e promover a transformação de sua situação de opressão em que se encontram.

Mariz (2021, p. 55), destaca a importância de Hooks no desenvolvimento da educação feminista, sua ligação com o educador Paulo Freire e a crítica que realiza quanto aos limites da pedagogia freiriana relativamente ao feminismo:

Reconhecida, então, como uma importante escritora feminista afro-americana, Hooks acolheu a pedagogia crítica de Paulo Freire, promovendo a sua aproximação ao feminismo e, assim, consequentemente contribuindo para a sua irradiação entre os círculos acadêmicos e populares feministas. No entanto, importa destacar, ela não o fez sem antes criticá-lo e nele apontar lacunas. Parafraseando Said, é exatamente porque os Estados Unidos não eram o Brasil da década de 1960 e porque Hooks não era o Freire militante que ela pôde enxergar os limites da teoria freireana que trazia consigo uma ideia libertadora, mas que poderia se tornar uma armadilha de si mesma ao não enfatizar a participação feminina.

Na sequência de sua reflexão a autora destaca outros pontos importantes da proposta de educação feminista de Hooks:

Em meio às suas observações sobre os rumos do feminismo, como movimento político-filosófico, no contexto de um capitalismo voraz traduzido em sua forma neoliberal, sobretudo nos Estados Unidos, Hooks defende a aliança e a solidariedade entre homens e mulheres como estratégia de organização básica para combater os efeitos perversos desse modelo de sociedade. É neste cenário analítico que ela traz Paulo Freire à discussão, cotejando suas reflexões com a proposta de um feminismo mais radical e engajado na luta antirracista e decolonial, mas não sem antes apontar também as fragilidades do próprio pensamento freireano que se constituiu em escrita marcada pela ausência feminina (Mariz, 2021, p. 64).

É importante salientar, a percepção de Hooks de que a questão do feminismo e a possibilidade de uma nova educação, não dependem exclusivamente das mulheres, mas do envolvimento de todos os engajados no processo. A questão do feminismo de todos os gêneros, de todas as pessoas que se encontram em situação de opressão e de violência.

Vielmo (2020, p. 44-45), de outra forma, em sua análise sobre a influência de Paulo Freire na pedagogia feminista, destaca três princípios centrais que são absorvidos nessa pedagogia:

- 1 resistência à hierarquia entre as e os educadores, de um lado, e as e os educandos, de outro, o que implica a participação das e dos últimos na construção de conhecimento e na definição do próprio processo de aprendizagem;
- 2 tomada da experiência como recurso, para além dos métodos tradicionais, o que permite documentar e discutir experiências até aí alienadas, potenciadora da identificação de situações reais de opressão como base para a aprendizagem transformadora;
- 3 aprendizagem transformadora, que vai além da aquisição de novos conhecimentos para permitir pensar novos sentidos, incluindo a reinterpretação e revalidação crítica da experiência.

Esses mesmos princípios são ressaltados por Hooks ao refletir sobre as exigências de uma pedagogia feminista. Ela coloca a educação libertadora e a formação política das mulheres no centro da agenda feminista. O processo educativo que envolve mulheres e pessoas de diversos gêneros, seja nas escolas ou nos movimentos sociais, implica em revisar e transformar as concepções teóricas e práticas, promovendo uma práxis feminista. Conscientização, diálogo, transformação social e valorização da experiência e cultura popular são princípios comuns entre os dois autores.

As contribuições de Freire e Hooks promoveram inúmeras reflexões de diferentes autores sobre a educação feminista. Silva e Freitas (2019, p. 3), por exemplo, nos apresentam uma importante definição do que envolve a pedagogia feminista na escola, considerando as contribuições de Freire e Hooks. Segundo eles, a pedagogia feminista

[...] foi planejada para ser um novo modelo pedagógico, construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres no ambiente de escola. Criou-se um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem solucionar a problemática das relações hierárquicas contidas nas salas de aula tradicionais.

O ponto principal da proposta é enfrentar a posição desigual que a mulher ocupa no contexto escolar e a opressão que ela sofre no cotidiano da educação. Trata-se, portanto do enfrentamento da estrutura hierárquica contida na sala de aula e em todo o contexto da escola.

Já na visão de Godinho e Silva (2017), uma pedagogia feminista precisa sintetizar as referências teórico-metodológicas da educação popular e da filosofia feminista, não só pelas características e procedimentos metodológicos, mas pela conduta das educadoras e dos educadores. Há a necessidade de a educadora perceber-se enquanto mulher, esclarecendo sua formação construída em um contexto da predominância de uma ideologia patriarcal. Sua

transformação exige que seja esclarecido o processo histórico de formação para tornar-se mulher emancipada, rompendo com o silenciamento e explicitando as limitações de tal formação. Propõem as autoras que o ambiente escolar se torne um espaço em que as mulheres se sintam à vontade para trocarem ideias umas com as outras, construindo novas relações com os alunos e com os demais professores.

Essa mesma proposição é feita por Montenegro e Pinto (2021, p. 10), para quem “a formação feminista deve contribuir, portanto, para a reflexão crítica das mulheres sobre suas próprias experiências e realidades de forma a criar alternativas para suas vidas e para sua atuação no sentido de transformação da sociedade”. No entender das autoras, quando pensamos na pedagogia feminista precisamos estabelecer uma relação entre a educação e o contexto social, promovendo uma aproximação entre a educação popular cotidiana e as demandas da educacional feminista. A finalidade deve ser a emancipação feminina e a promoção da ação política das mulheres em diferentes contextos. No entanto, é preciso considerar a especificidade da formação cotidiana que ocorre no contexto social, envolvendo a cultura popular, e a educação formal desenvolvida na escola, que implica na abertura para a diversidade cultural e as conquistas produzidas na história da humanidade. É muito importante o estabelecimento de um nexos entre a pedagogia dos movimentos sociais, em que ocorrem aprendizagens coletivas de organização e de realização de direitos, e a escola como espaço de educação formal, em que a diversidade de situações sociais, de culturais e de gênero, se fazem presentes.

Nesse sentido, é muito interessante a observação de Lima (2010, p. 283) sobre o educar feminista na escola, considerando a questão da diversidade de gênero e outros diferenciais que se fazem presentes na sala de aula e que interferem na formação: “[...] as práticas escolares encerram múltiplos e discretos mecanismos que escolarizam e distinguem os corpos e as mentes de alunos e alunas, que vão construindo seus padrões diferenciais de comportamento [...]”.

A observação de Almeida reforça a proposição educativa de Hooks, que não se limita a elaborar uma teoria de educação feminista pautada exclusivamente nas diferenças de gênero, mas aponta para a necessidade de que sejam consideradas as questões sociais, como a racial, de classe, de visões de mundo e outros fatores que são determinantes na vida de cada indivíduo, especialmente na existência de uma menina ou de uma mulher. Para a autora, não podemos separar as questões sexistas dos demais aspectos que envolvem a vida humana. Portanto, pensar em uma pedagogia feminista é raciocinar sobre a emancipação humana por meio da educação em todas as suas dimensões.

Bell Hooks é um exemplo de uma autora e ativista que buscou dar voz ao que ela sentia que estava impedindo a liberdade dos indivíduos, especialmente das mulheres, em nossa

sociedade. Por isso, propõe que as políticas feministas tenham por objetivo acabar com a dominação de todos os vieses e contextos, fazendo com que todos sejam o que são e vivam a vida de forma amorosa e justa. O feminismo deve ser uma luta de todos, uma luta unificada de toda a humanidade. Essa é a lição principal que Hooks e Freire nos oferecem em sua batalha por uma educação libertadora. Assim como Freire capacitou Hooks para lutar pelo feminismo, ela capacitou Freire para superar seu machismo e se tornar um educador feminista.

4 FEMINISMO E EDUCAÇÃO: INICIATIVAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO FEMINISTA NO CONTEXTO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS

Neste capítulo serão analisados os princípios orientadores e proposições pedagógicas destinadas ao desenvolvimento de uma educação feminista e questões de gênero na formação humana, enquanto práticas inspiradas em princípios críticos e transformadores da realidade escolar. Para tanto, são apresentadas iniciativas de ação para desenvolver uma educação feminista com todos, desde educandos e educadores, pais e responsáveis e os demais profissionais que atuam na escola. Nossa hipótese de análise é que o direito à uma educação de qualidade inclui a discussão das questões de gênero. O ensino de crianças apresenta-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque a escola se expõe como uma oportunidade singular de estar em contato com crianças oriundas de diferentes contextos, de diversas classes sociais, religiões e etnias, que possuem valores e comportamentos muito diferenciados de vida. A educação da criança implica no desenvolvimento de práticas cuja compreensão da vida e do corpo esteja na convivência com os educadores e educandos. Nossos gestos e as imagens corporais que produzimos e sustentamos são frutos de nossa cultura, das marcas e dos valores sociais que cultivamos. O ambiente escolar é um importante tempo/espço no qual a cultura inscreve seus signos nas novas gerações. O feminismo é um desses signos relevantes do espaço educacional vigente.

4.1 Iniciativas e políticas de educação feminista na escola

Primeiramente, precisamos envolver os educadores nas discussões que giram em torno do que trata o feminismo. Sabemos que o tema é complexo, bem como é preciso enfrentar uma formação milenar que se caracterizou pela opressão da mulher e predominância de uma formação machista e patriarcal. De outra parte, é preciso enfrentar a visão conservadora que procura manter a ordem instituída, divulgando inúmeras *fake news*, distorcendo informações e alimentando a ignorância sobre o tema.

Sabemos que o maior número de educadores na educação infantil e ensino fundamental, é de mulheres. Mesmo assim, as resistências ao feminismo são muitas, pois pelos condicionamentos recebidos por anos, as mulheres acabam sendo pouco autônomas, assumindo, muitas vezes, a posição machista e autoritária existente na sociedade e na própria educação.

A história da educação revela que a formação oferecida para as mulheres quando têm acesso à escola, continuou sendo machista e destinada a educar a mulher para se submeter à ordem instituída e a cumprir suas tarefas como serviçal, esposa, mãe e doméstica. A principal preocupação de sua formação foi de levá-la a aprender as tarefas domésticas e de se tornar umaboa esposa e qualificada mãe. Esse foi o destino de quase todas as mulheres.

Silva e Bastos (2021, p. 1891) sintetizam com propriedade a visão historicamente preponderante na sociedade sobre as mulheres:

A figura da mulher na sociedade sempre foi estigmatizada pelas funções de esposa, mãe e dona de casa. Por esse motivo, seu papel sempre orbitava em torno desses modelos, cuidando do marido, dos filhos e da família. Qualquer comportamento feminino que se desviasse do propósito familiar, poderia ser considerado uma transgressão, enquadrando as agentes como rebeldes, vadias ou questionadoras do seu destino, aquelas que negavam sua própria natureza. No Brasil, a mentalidade vigente desde o período colonial se regia pela fé católica e suas normatizações da vida, cujo elemento central de moralização se referia ao controle da sexualidade. Esse controle recaía, sobretudo sobre a mulher. Sob essa visão, pouco se valorizava a instrução feminina.

A análise das autoras revela que a mulher sempre foi vista pelo machismo e pelo patriarcado como um ser fragilizado, volúvel e incapaz de tomar suas próprias decisões. Ela sempre foi considerada um ser com menor capacidade intelectual e facilmente suscetível a influências negativas. O seu destino só poderia ser de se tornar submissa ao homem, cuidar do marido e dos filhos e desenvolver as habilidades próprias dos afazeres domésticos, nada, além disso. Cabe aos homens, o controle dos corpos e das mentes das mulheres. Mesmo diante de alguns avanços nos direitos, o espírito do patriarcado tem-se mantido vigilante no controle das mulheres. Isso podemos perceber no contexto cotidiano da escola.

Mesmo com muitos direitos conquistados, ainda sentimos e enxergamos a visão autoritária e de subserviência que predomina na educação de mulheres. Tal concepção está presente em pequenos detalhes do cotidiano escolar, como é o caso que pressupõem que os meninos são mais aptos às ciências exatas, têm mais competência para desenvolver atividades técnicas, possuem mais habilidades nos esportes e nas atividades físicas. A discriminação também aparece à medida que as exigências no uso de uniformes e de roupas são mais rigorosas para meninas. São pequenos exemplos que merecem ser observados e discutidos em torno do papel de gênero nas escolas.

A educação tem um importante papel na luta feminina pela busca de liberdade e do reconhecimento social, pois foi ela um dos principais espaços que possibilitou para a mulher

sair da esfera da vida doméstica e ingressasse em uma vida pública. A conquista do direito à educação foi, certamente, um dos ganhos principais das lutas feministas.

O direito à escola vem acompanhado da conquista do direito ao exercício do magistério. O magistério foi a profissão em que as mulheres começam a ser reconhecidas como trabalhadoras com direitos e como portadoras de habilidades fundamentais, especialmente para a educação das crianças e dos adolescentes. Apesar da exploração econômica e da baixa remuneração, a profissão docente foi um dos espaços de maior reconhecimento da mulher na sociedade. Almeida (2000, p. 6) destaca tal importância da educação para as mulheres quando escreve: “[...] as mulheres viam no acesso ao letramento e ao conhecimento o caminho mais direto para a liberação feminina das limitações a que estavam sujeitas, considerando que a educação e a instrução promoveriam avanços significativos na existência feminina”.

Portanto, sem desconsiderar a importância das demais conquistas, como o direito ao voto, à propriedade, o direito ao divórcio, o direito à educação tem sido visto como a maior de todas as conquistas femininas, pois por meio dela considera-se possível a libertação de todos os gêneros. A crença no poder emancipador da leitura, escrita e do conhecimento alimentou a luta das mulheres pela educação. O ensino era o meio capaz de possibilitar a libertação das mulheres do jugo machista e do patriarcado.

O acesso à educação, porém, não tem sido suficiente na luta feminista. O desafio em questão é de avançar no sentido de transformar a cultura machista e patriarcal que ainda predomina nas escolas e na educação. A instituição escolar continua alimentando práticas conservadoras e preconceituosas contra mulheres. Seus conteúdos ainda permanecem alimentando visões distorcidas e preconceitos de toda ordem.

Algumas iniciativas de mudança têm ocorrido no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX. A constituição de 1988, a LDB de 1996, as diversas leis e diretrizes sobre educação, a respeito dos direitos humanos, no que tange às questões étnico-raciais, com relação aos direitos sociais, políticos, econômicos e de gênero revelam a existência de iniciativas importantes que produziram alguns avanços muito representativos na luta pela justiça social, democracia, igualdade, assim como pela liberdade.

No caso específico da luta feminista e de gênero, um avanço significativo, além da Lei Maria da Penha, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2004, pelo governo federal. A partir de iniciativas da Secretaria, têm surgido inúmeros planos de ação que desenvolvem proposições pedagógicas para o desenvolvimento da educação feminista. Os documentos mais representativos são os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres: o I Plano de 2004, o II Plano de 2008 e o III Plano de 2013.

Todos os planos apresentam objetivos gerais e específicos atendendo demandas e desafios próprios de cada período, mantendo, no entanto, como principal diretriz o desenvolvimento de políticas públicas para enfrentar as desigualdades de gênero e raça em nosso País.

O I PNPM propõe como principal meta no campo da educação: a inclusão e o desenvolvimento de uma formação não sexista. Suas principais proposições envolvem a promoção de ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia, religião, pertencimento social e orientação sexual, além da difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres.

O II PNPM, de 2008, apresenta novas proposições na área da educação, indicando duas linhas de ação:

- Transformação das sensibilidades e representações sobre relações de gênero e orientação sexual, para a construção de uma sociedade não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, cujos resultados são percebidos em longo prazo.
- Ações para grupos específicos de mulheres, subalternizados pela exploração econômica, condição social, racismo, deficiência, geração, territorialidade, orientação sexual, entre outras (Brasil, 2008, p. 56).

Como objetivos gerais o Plano propõe:

- Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária;
- Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão (Brasil, 2008, p. 61).

O documento ressalta, especificamente, o papel da educação e indica uma série de iniciativas para o desenvolvimento de uma formação não-sexista:

Para tanto, estão sendo propostas políticas que visam atuar nas práticas escolares, nas suas rotinas, nos currículos, nos materiais didáticos e para-didáticos para combater as desigualdades que atingem as diferentes mulheres e que atuam na perpetuação de práticas sexistas, racistas, lesbofóbicas e homofóbicas. Há inúmeras evidências de que os agentes da educação – gestores/ as, professores/as, orientadores/as pedagógicos/as, entre outros – reiteram em suas práticas, nas percepções e nas expectativas que têm sobre estudantes, preconceitos relacionados às dimensões de gênero, identidade de gênero, raça/etnia, orientação sexual, origem regional e sócio-econômica, entre outros aspectos. Para que se alcance uma educação de qualidade para todas as pessoas, faz-se necessário incorporar a diversidade em toda a sua complexidade na gestão das políticas de educação, na dinâmica da aprendizagem e das relações estabelecidas no interior dos espaços escolares, e não apenas nas condições de acesso à educação (Brasil, 2008, p. 56).

O desafio maior do II Plano, como vemos, implica o desenvolvimento de práticas pedagógicas não discriminadoras e não sexistas e a superação de todos os tipos de discriminação. Ademais, afirma que é preciso articular o plano com outras iniciativas e proposições que assegurem a qualificação da educação e dos demais serviços prestados pelos poderes públicos. Para tanto, apresenta algumas prioridades que devem ser atendidas na educação:

1. Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.
2. Proporcionar a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades, ou seja, cursos que o MEC tem proporcionado para muitos profissionais da educação. Esses cursos são de forma online que abordam como desenvolver a temática na sala de aula, namaioria das vezes focado em jovens.
3. Propropiciar a formação das mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.
4. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino
5. Viabilizar medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.
6. Ampliar o acesso e a permanência na educação de grupos específicos de mulheres com baixa escolaridade (Brasil, 2008, p. 63-70).

Em 2013 o Plano foi atualizado com o surgimento do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2013), sob a responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O

documento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas. Reforça os princípios da autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (Brasil, 2013, p. 9-10).

O capítulo específico sobre educação ressalta a formação para a igualdade e cidadania, “contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, com ênfase em grupos com baixa escolaridade” (Brasil, 2013, p. 11). A educação é definida como um meio fundamental para o desmonte das desigualdades sociais de gênero, raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, regionais e locais. Uma das principais preocupações é a questão do gênero como contraponto à naturalização do feminino e do masculino. Os objetivos gerais foram mantidos e nos específicos destaca-se o que propõe “Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica” (Brasil, 2013, p. 23). As prioridades estabelecidas foram as seguintes:

1. Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e as mulheres com deficiência.
2. Promoção de cursos de formação continuada de gestores e gestoras e profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades.
3. Promoção de políticas educacionais que enfatizem a educação das mulheres jovens e adultas nas áreas científicas e tecnológicas, nos meios urbano e rural, com vistas a reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.
4. Produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino.
5. Ampliação do acesso e da permanência na educação de mulheres com baixa escolaridade.

6. Formação de estudantes da educação básica para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades (Brasil, 2013, p. 25-27).

O crescimento das políticas educacionais que procuram atender, ainda que precariamente, às demandas do feminismo e da sexualidade, vem sendo acompanhado pelo avanço da produção acadêmica sobre o tema. Então, deve-se reconhecer a importância da criação, na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), do Grupo de Trabalho “Gênero, Sexualidade e Educação” (GT 23), no final de 2003, com a contribuição de pesquisadoras(es), docentes e estudantes em torno de questões teóricas e práticas sobre feminismo, gênero e sexualidade.

Vianna (2012) registra um número expressivo de pesquisas dedicadas à análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais e à crítica das diretrizes e orientações sobre feminismo, gênero, orientação sexual contidas neles. A autora salienta a aproximação da produção acadêmica das instituições de ensino superior com a formação docente e com a educação básica, tendo em vista os desafios que os cerca, incluindo as questões da sexualidade e de gênero. Mesmo que tenha constatado que a produção científica envolvendo o marcador gênero, sexualidade, e educação ainda seja pequeno, deve-se reconhecer seu grande crescimento a partir dos anos 2000. Depois de realizar uma leitura integral de 73 resumos e 52 trabalhos, ela constatou que está ocorrendo uma passagem da questão do sexo à questão do gênero na produção acadêmica, o que mostra, segundo ela,

que a área da educação passa a trilhar as pistas oferecidas pelos estudos feministas, que procuravam minar o poder de um modelo explicativo, calcado na imutabilidade das diferenças entre homens e mulheres; e recorre, em seguida, ao gênero, para referir-se à construção social das diferenças entre os sexos ao longo da história (Vianna, 2012, p. 129).

A mesma autora, em outra publicação (2015), ao falar sobre a relação entre Estado e movimentos sociais na produção das políticas públicas de educação voltadas para o gênero e para a diversidade sexual, destaca o papel dos movimentos sociais de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT). A luta desses grupos ampliou a agenda voltada para a temática de gênero e suas implicações socioculturais e políticas.

Soares (2019) é outro pesquisador que realiza uma importante análise sobre a produção científica na área, tendo como marcador a formação docente atrelada à sexualidade e à questão de gênero. O autor destaca que o processo de construção dessas agendas de gênero e diversidade sexual na educação deu-se juntamente com os movimentos sociais que propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados, fato

relacionado ao amplo processo de questionamento de valores e formas de organização social, por meio de mobilizações populares, em especial a dos movimentos feministas em várias partes do mundo.

A convicção que foi se solidificando é de que a educação apresenta um papel central no desenvolvimento da luta pelo direito e liberdade das mulheres. O reconhecimento dessa importância é de indispensável para que a luta continue. Porém, apesar de todas as conquistas, ainda predomina na sociedade a visão que julga que o papel da mulher não pode ir além dos seus cuidados com a família e o lar. A maternidade e o cuidado do lar são suas tarefas precípuas decorrentes de sua condição feminina. Como trabalhadora, ela pode se dedicar no máximo a atividades que são uma extensão de sua função de maternar: a atividade docente ou os serviços que demandam práticas que envolvem a proteção e o cuidado, como a enfermagem e os serviços sociais. Sabe-se, contudo, que essa visão ideológica mais serve para explorar a condição feminina do que reconhecer um atributo importante na formação do ser humano. A própria concepção sobre o papel da mulher na educação e nas profissões que envolvem proteção e cuidado, precisa ser problematizada.

Existem muitas críticas sobre o feminismo apontando que se trata de lutas por privilégios das mulheres e a imposição de pautas de natureza preconceituosa contra a tradição e visões religiosas. Não são poucos os sites e mesmo programas de rádio e televisão que desqualificam e desfazem as batalhas feministas. Persistem visões e posicionamentos machistas, justificadas por ideias conservadoras como, por exemplo, a de que com a conquista de novos direitos, as mulheres acabarão abandonando os seus lares e suas famílias para darem atenção total aos seus próprios interesses. A própria maternidade deixaria de ser uma prioridade e, com isso, a sobrevivência da humanidade estaria comprometida.

Outras críticas dizem respeito ao fato de que, com o avanço do feminismo, os conteúdos destinados a formação das mulheres, especialmente as questões de gênero, têm ocupado cada vez maior espaço, substituindo disciplinas destinadas à formação de uma mulher subserviente por disciplinas mais críticas. O movimento tem influenciado, por exemplo, a reescrita e reconstrução das disciplinas, as quais eram voltadas para os afazeres do lar e cuidados dos filhos, por matérias que problematizam a divisão de currículos para mulheres e currículos para os homens. Isso tem provocado a elaboração de novas leis, decretos e diretrizes que rompem com a separação entre a educação feminina e a educação masculina.

Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu, por exemplo, a luta das mulheres negras contra a

opressão de gênero e de raça. Entretanto, ainda existem muitas brasileiras que sofrem com as mais diversas formas de violência, discriminação e salários desiguais. Uma boa parte da população feminina ainda não tem acesso a bens e serviços fundamentais, o que acentua a persistência de relações desiguais de poder entre mulheres e homens na sociedade. Quando estendemos a observação para outros gêneros, a situação se apresenta ainda mais grave.

O acesso à educação escolarizada, por exemplo, permanece sendo um desafio para diferentes grupos subalternizados no interior da nossa sociedade. A luta pela educação e pela escola tem mobilizado homens e mulheres, marcados geralmente pela condição racial e social que continua sendo impeditiva para o acesso à educação formal. No nosso cotidiano, mesmo os que conseguem adentrar os muros das instituições superiores graças às políticas de ações afirmativas, encontram inúmeras barreiras similares ao seu meio social que limitam sua formação e seu desenvolvimento integral como educandos e cidadãos. O grande desafio é superarem as relações de subalternidade que muitas instituições continuam alimentando. Para tanto, muitos buscam estabelecer outras relações com base em novas formas de viver social e em práticas de reinvenção de si mesmo. O confronto com questões sociais, raciais e de gênero é inevitável. Surge nesse contexto a necessidade de refletir sobre a condição de classe que está na origem dos diferentes grupos os quais ali se fazem presentes. O desafio é não negar sua própria origem e o contexto de sua formação originária.

Barbosa e Mühl (2016, p. 791), discorrem sobre a revisão em baixa dos direitos cidadania, os que se reportam às áreas do trabalho e da segurança social, os quais provocam indignação junto das populações afetadas e a educação, sendo fiel à sua vocação normativa de defesa da integridade humana. A sua agenda, vista sob esse prisma, vai muito além da formação de “capital humano” e da capacitação para o emprego. Inclui também, dadas as circunstâncias presentes, o envolvimento ativo nas lutas pela defesa da pessoa jurídica e dos seus direitos, ajudando, em termos de empoderamento, todos aqueles e aquelas que resistem, nos contextos de encolhimento desses direitos, às investidas de todo um programa de reformas claramente alinhado com as posições mais retrógradas em termos de prerrogativas cidadãs.

A história em torno do conceito de gênero é recente. Ela foi utilizada pela primeira vez em um sentido que se aproximava do corrente, por meio do biólogo John Money (Estados Unidos), no ano de 1955, para tratar dos aspectos sociais do sexo. Beauvoir aborda a identificação das mulheres com o sexo como uma fusão de categoria das mulheres que possuem características sexualizada a partir de seus corpos, dessa forma, uma recusa a autonomia e liberdade feminina. Sendo assim, a destruição da categoria do sexo teria uma representação de destruição atribuída por meio da misoginia. Com essa questão, os homens seriam somente

peçoas, não existindo outro gênero senão o feminino. O gênero é um índice linguístico que entra em oposição aos sexos (Butler, 2008, p. 47-48).

Ainda sobre o conceito de gênero, Butler (2008) afirma que “os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente incríveis”. Nesse mesmo sentido, Mendes (2022, p. 71) afirma que “os estudos de gênero contribuíram para o entendimento das influências sociais e culturais nas construções de noções de masculinidade e feminilidade [...]”. A introdução do conceito de gênero implicou em uma mudança significativa na compreensão da constituição da identidade de cada ser humano. A formação da identidade de gênero não é determinada por fatores meramente biológicos e naturais, mas construída histórica e culturalmente.

A utilização e o debate sobre a concepção de gênero, assim como os de raça e de classe, é indispensável para o desenvolvimento de uma visão crítica do currículo. A formação humana passa a ter uma significação mais ampla e as possibilidades educativas apresentam novos horizontes. A condição humana passa a ser vista sob uma nova perspectiva de maior autonomia e liberdade.

Com o desenvolvimento do conceito de gênero, as críticas, com raras exceções, em torno do currículo foram crescendo, questionando as interpretações que ignoram a desigualdade decorrente da questão relacionada ao gênero. Por meio da teorização feminista baseada no gênero, a compreensão passa a ser compreendida sob outra perspectiva: a desigualdade que divide as mulheres dos homens não é natural, mas uma produção social e histórica.

A partir dessa compreensão, Silva (1999, p. 96) relata sobre a importância da inclusão do feminismo no currículo e sua transformação em um processo coletivo de formação:

A pedagogia feminista tentava construir um ambiente de aprendizagem que valorizasse o trabalho coletivo, comunitário e cooperativo, facilitando o desenvolvimento de uma solidariedade feminina, em oposição ao espírito de competição individualismo dominante na sala de aula tradicional.

Sendo assim, a pedagogia feminista nos serve de inspiração quando se trata de desenvolver um currículo e de uma prática escolar que se sensibiliza e propõe atividades que abordem as questões que envolvem o gênero e suas implicações sobre a formação social e o desenvolvimento de diferentes identidades.

4.2 Feminismo, currículo e educação escolar: por um saber superador do androcentrismo

Quando pensamos no currículo, percebemos que ele trata de um objeto teórico que ao entrar em cena passa a ser descoberto, descrito e explicado. O currículo se destina, de modo predominante, em um processo destinado a preparar os educandos para o mundo sistêmico do trabalho e da vida funcional na sociedade do consumo. Seu conteúdo e funcionamento atende demandas atreladas à reprodução de uma estrutura social, econômica e política vigente. Dificilmente o currículo desenvolve questões relacionadas às questões do humanismo, à formação de uma consciência crítica, à temáticas em torno do gênero, do racismo e de assuntos que envolvem a vida cotidiana e a existência concreta dos indivíduos.

Na época em questão, de acordo com Silva (1999, p. 17), as teorias do currículo estão divididas em três modelos: Teorias tradicionais (aprendizagem, avaliação, didática voltadas a reprodução social, capitalista), teorias críticas (críticas ao capitalismo, análise a partir da classe social, busca da conscientização) e teorias pós-críticas (envolvendo temas como etnia, gênero, sexualidade, identidade e diversidade). Ainda que já se tenham proposições que se voltem aos problemas levantadas pelas teorias críticas e pós-críticas, o que ainda predomina são as visões que privilegiam uma educação destinada ao atendimento das demandas econômicas capitalistas.

Apesar desta predominância, é importante refletir sobre as questões que afligem a atual sociedade, como as questões que envolvem as relações de gênero e as possibilidades de uma pedagogia feminista. Se observarmos o contexto atual, temos que reconhecer que houve uma crescente visibilidade do movimento feminista e de outros gêneros, cuja prática foi promovida pelas diferentes teorias pedagógicas. Quanto à questão do currículo, temos percebido o crescimento da perspectiva que aproxima o conceito de gênero ao conceito de classe. Uma das principais críticas, aponta a questão da indiferença, na análise de classe, das pautas que envolvem as desigualdades sexuais ou de gênero. Com o avanço do feminismo, a teoria crítica ganha maior força, não somente pelos olhares críticos ao capitalismo, mas, especialmente, ao patriarcado. A desigualdade que dividia mulheres e homens, estendeu-se para outras instâncias, como no caso da educação e do currículo. Os próprios livros didáticos passam a assumir um significado importante pelo fato de disseminarem proposições teóricas e metodológicas que precisam ser avaliadas sob a ótica do feminismo.

Um exemplo, são as imagens, que geralmente são muito discriminadoras em relação às mulheres. Um dos casos ilustrativos é o que se apresenta no área da saúde, em que a ainda predomina a ideia de que a função adequada para a mulher é a efermagem, enquanto que a

função de médico é mais adequada ao homem. O rompimento desta visão é uma das tarefas de uma educação feminista. O preconceito em torno do gênero é incorporado sem nenhuma visão crítica, naturalizando a situação de discriminação. Isso acaba influenciando na escolha profissional de meninas e de meninos.

Muitas das análises críticas sobre os currículos enfatizam que a estrutura das instituições educativas ainda continua estruturada de acordo com os interesses e o agir masculinos, desde a visão sobre os conhecimentos até as estruturas de funcionamento e organização dos cursos. Ou seja, assim como a sociedade constitui-se a partir das características do gênero dominante, o masculino, também as instituições assumem tais características. Ocorre que tal predominância da visão androcêntrica impede a percepção das limitações e das contradições que predominam na educação escolar. O desafio da educação feminista é romper com essa visão e desenvolver novas formas de percepção, a ver outros aspectos da realidade, e reaprender a sentir e a reinterpretar o mundo em que se encontra.

Quando analisamos a questão da pedagogia feminista na educação, percebemos uma crescente preocupação com as questões de gênero. Com efeito, na contemporaneidade, a pedagogia feminista tem servido de inspiração para uma análise crítica sobre o currículo que se preocupa com as diferentes questões de gênero, criando a convicção de que o currículo escolar não pode ficar distante das temáticas que envolvem uma diversidade de situações de gênero. O currículo é um artefato constituído pelo gênero, pois produz relações de gênero. Este fato tem despertado muitas críticas e resistências por parte de pessoas que sustentam uma visão mais conservadora de sociedade. Mas o problema maior não decorre apenas desta visão conservadora, mas de uma predominância da postura patriarcal e machista que se imiscui nos conteúdos e nas práticas desenvolvidas na escola. As áreas de conhecimentos que podem abordar são a de ciência humanas e de ciência sociais aplicadas.

Uma referência que podemos utilizar para analisar a questão do currículo escolar em relação a questões de gênero, é avaliar os livros didáticos indicados pelo Plano Nacional do Livro Didático. Oliveira, Moura e Pereira (2023, p. 12), sustentados na teoria de gênero de Scott (1995), analisaram alguns estereótipos de crianças que aparecem nas imagens de alguns livros didáticos distribuídos em 2022. Analisando alguns textos, os autores realizam o seguinte diagnóstico:

Nas representações, vemos as crianças sempre sorridentes e, em sua maioria, descontextualizadas de uma situação ou de um ambiente. O menino representado como banhista, sem camisa, segurando uma bola e com um baldinho de praia ao lado é uma exceção. Os meninos, em geral, são representados como personagens brancos, com pele e cabelos claros. As meninas são representadas sempre vestidas com vestidos ou saias e raramente vestindo calças em páginas onde o desenho está representando conceitualmente as palavras “menina” ou “menino”. As meninas também são apresentadas sempre com cabelos presos, seja com uso de um objeto ou elástico, seja por uma trança. [...]. Levando-se em consideração que as imagens dos livros apresentam conteúdos e formas de viver e de estar no mundo para as crianças da Educação Infantil, podemos dizer que essa representação das crianças reforça padrões de gênero.

No entendimento dos pesquisadores, os livros reforçam um estereótipo racial e sexista,

apresentando padrões de apresentação do corpo, sobretudo das meninas: a vestimenta e o cabelo preso. As imagens também ensinam aos meninos que os cabelos curtos e penteados são formas de se apresentar e, além disso, de que os meninos gozam da liberdade de apresentarem-se sem camisa ao mundo (Oliveira; Moura; Pereira, 2023, p. 13).

Destacam, ainda, que as emoções também se tornam motivo de destaque sexista, sendo os sentimentos como delicadeza, tristeza, confusão, ansiedade etc., ligadas geralmente ao gênero feminino, e os de raiva, irritação e agressividade relacionadas mais ao gênero masculino. Outra observação importante realizada pelos autores é sobre a divisão sexual nas brincadeiras infantis: “artefatos ligados à domesticidade e ludicidade estão mais presentes nas atividades praticadas por meninas. Por outro lado, brinquedos referentes à força e ao descobrimento são mais representados pelos meninos” (Oliveira; Moura; Pereira, 2023, p. 17). Ao analisarem as figuras em que é apresentado o modelo de família, constatam que não há diversidade e sua constituição apresenta sempre o padrão patriarcal com a presença da mãe, do pai e de filhos. Como sabemos, essa representação está longe de expor a diversidade de representações familiares do contexto cotidiano. Por fim, concluem que a mesma representação binária do gênero feminino-masculino se expõe no âmbito da política, das instituições e organizações sociais, dentre elas, a própria instituição escolar.

Os livros didáticos necessitam quebrar esse estigma que gira em torno de modelos padronizados, devendo incluir no debate as diferentes estruturas familiares nessa época existentes, partindo, inclusive, dos modelos vivenciados pelos alunos.

Os significados de gênero são impressos nos corpos de meninos e meninas de acordo com as formas de como as professoras interagem com elas e com eles. A dignificação ou a discriminação de uma identidade sexual se constitui pelas relações cotidianas. A educação em desenvolvimento que se concretiza nas relações diárias é que de fato interfere no

desenvolvimento de uma formação feminista ou antifeminista. São muitos os registros que apontam as práticas discriminadoras nas escolas e nas universidades, especialmente contra mulheres e demais gêneros. Por isso, nossa proposição é que tais fatos sejam trabalhados na educação escolar e que as manifestações de preconceitos, de discriminações, de ódio, de violência se tornem temas a serem analisados por iniciativa da escola.

É preciso considerar, ainda, que o feminismo apresenta muita resistência e que os defensores e defensoras feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais. Se contar apenas com a mídia, os cidadãos dessa Nação não irão conhecer as contribuições positivas do movimento feminista para as suas vidas.

4.3 O feminismo trabalhado nos detalhes da escola: práticas não sexistas e formação de coletivos emancipadores

A educação feminista é uma pedagogia destinada a reumanização. Ela tem a meta de confrontar a visão machista e patriarcal de educação que se sustenta no ponto de vista autoritário de formação. Tal visão autoritária tem se mantido na escola, apesar de predominância de mulheres na atividade docente, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental.

Com todas as conquistas e lutas feministas, ainda se percebe o preconceito em torno do tema. Como escrito anteriormente, dissertar a respeito do movimento feminista e de gênero na escola, tem se tornado um tabu, principalmente por parte dos educadores que seguem uma prática tradicional. O preconceito, ou seja, o machismo se faz presente em pequenas práticas, muitas vezes, ignorados dentro da escola: na cor rosa destinada para as meninas, e na cor azul destinada para os meninos; nas bonecas que são destinadas como brinquedos somente das meninas, assim como os carrinhos que são brinquedos somente destinados aos meninos; nas práticas esportivas, em que a quadra é dividida em voleibol para as meninas e em futsal para os meninos; na desvalorização feminina em determinadas áreas de conhecimento; na invisibilização das meninas negras, muitas vezes, são deixadas de lado; na menstruação sendo vista somente como conteúdo de ciências; a exigência da roupa feminina adequada; a rivalidade feminina sempre reforçada; a sobrecarga da mulher na vida cotidiana.

Monteiro e Soares (2019, p. 289) sinalizam que a escola é um dos principais espaços de socialização para crianças, jovens e adultos e que para alcançar os ideais democráticos e de direito, é necessário que a discussão envolvendo a diversidade sexual e de gênero esteja presente no dia a dia escolar. A retirada dos temas gênero e orientação sexual do PNE e da BNCC, em

2017, colocou em pauta, a questão da legitimidade e a pertinência do tratamento do tema de gênero com as crianças. No entendimento de muitos críticos, tal atitude representou um retrocesso no enfrentamento do tema e um retorno a visões ideológicas conservadoras, patriarcais e machistas. A Nota Técnica nº 32/2015 destaca que essa ausência não exime as redes de ensino de seguirem as recomendações e normativas descritas nas DCN, e que qualquer restrição a essa abordagem estará em contradição com o que apontam as diretrizes.

As autoras ainda afirmam que analisa-se que a perspectiva sociocultural e histórica em torno do que se trata a sexualidade e o gênero está tendo visibilidade no meio acadêmico, mas a sensibilização das pessoas não se efetiva num curto período. Para que isso ocorra, é preciso instaurar uma proposta permanente de discussão dos temas no ensino formal, seguindo para que os cursos superiores, principalmente as licenciaturas, incluam em seus currículos essas questões. Ou seja, há uma grande necessidade de que os profissionais da educação, sendo esses os gestores e os educadores a terem as formações continuadas, também inserindo as iniciativas de consolidação das ações dentro das instituições escolares.

São muitas as situações que se pode trabalhar pela superação das discriminações e pelo empoderamento da mulher no âmbito escolar. Infelizmente, ainda somos podados, afinal, a escola costuma seguir as normas do patriarcado.

Sabemos que é somente no âmbito escolar que muitas meninas e meninos têm acesso ao mundo para além dos seus lares. A possibilidade de estabelecer nova interação, de acessar assuntos que em sua casa não são abordados, de desenvolver novas concepções e novos conhecimentos sobre sua vida, seu corpo, sua sexualidade, apresentam-se como potenciais que podem transformar sua vida e qualificar sua existência. Ocorre que esses assuntos de grande interesse e de necessidade dos educandos geralmente são conversados, na perspectiva do sensu comum, somente entre os educandos, sem o envolvimento do educador e da comunidade escolar. Feminismo, sexualidade, gênero, corpo, identidade, afetividade, são assuntos que preocupam muitos educandos, porém raramente são tratados na escola. O importante é perceber que quando desafiados, os alunos manifestam grande interesse por esses temas. Um exemplo muito comum desta preocupação é a questão da menstruação, no caso das meninas, e da identidade do menino diante ao feminismo.

Para que possamos desenvolver as práticas feministas com crianças e adolescentes, propomos explorar diferentes formas, entre elas: pedir para que se manifestem sobre as suas cores favoritas; deixar que escolham os brinquedos com os quais mais se identificam; oferecer uma diversidade de atividades de práticas esportivas, sem as discriminar por razões sexistas; oportunizar momentos de interação entre gêneros em diferentes atividades, incluindo as

esportivas; criar ambientes em que todos possam compartilhar suas experiências; incentivar as meninas em todas as áreas do conhecimento, como por exemplo, em ciências e matemática; buscar combater o machismo dentro da escola; desenvolver práticas que integrem pessoas de diferentes gêneros e de singulares etnias, valorizando suas histórias, ouvindo suas queixas referentes a preconceitos que sofrem dentro e fora do espaço escolar; desenvolver projetos sobre a pobreza menstrual, distribuindo absorventes; exigir dos meninos, assim como exige-se das meninas o uso do uniforme; oportunizar um espaço de sororidade, no qual as meninas e as mulheres não se sintam constrangidas e possam se ajudar mutuamente; incentivar a união feminina e destacar sua importância na formação de uma consciência feminista e o empoderamento das mulheres; refletir sobre a heteroafetividade e as diferentes modalidades de constituição da estrutura familiar.

Considerando todas essas situações, percebemos o quanto a educação feminista é necessária dentro da escola e muito importante para quebrar tabus e superar preconceitos de gênero, de raça, de classe. Por isso, a luta feminista precisa ser ativa e permanente e não pode se apagar. Pois a partir dela, formaremos seres humanos capazes de lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária. Bell Hooks (2015), nos alerta sobre a importância de trabalharmos a respeito do feminismo com todos os envolvidos, mulheres, homens, pessoas de todos os gêneros, articulando teoria e prática e desenvolvendo projetos coletivos.

Quando trabalhamos sobre o feminismo, temos que ter um olhar especial voltado às minorias dentro do próprio movimento. Cabe considerar que dentro do próprio feminismo encontramos diferentes classes sociais e situações distintas de discriminação e exploração. Como os grupos minoritários estão sendo tratados? Precisamos ficar atentos às práticas de silenciamento ou de invisibilização dos indivíduos mais tímidos e dos grupos aparentemente menos representativos. Para entendermos essa questão, basta analisarmos como uma menina que possui uma boa condição financeira é tratada perante uma outra menina com uma condição financeira mais precária. Podemos perceber facilmente que o tratamento não é o mesmo. Enquanto uma menina rica e branca é tratada com respeito e consideração, as meninas com menos condições financeiras e negras são tratadas, muitas vezes, com desprezo. É preciso atentar para o fato de que a discriminação de gênero vem acoplada a discriminação de raça e de classe. Desenvolver uma educação feminista implica em levar em consideração todas as dimensões que interferem na condição de cada indivíduo e de cada grupo social.

Outro aspecto a considerar é que quando se discorre sobre o feminismo no âmbito escolar, não se está explanando somente sobre educandos e educadores, mas sim, de todos os indivíduos que estão inseridos na vida escolar: gestores, servidoras, secretárias, merendeiras,

motoristas, pais e responsáveis. Todos exercem uma função educativa importantíssima dentro do ambiente escolar. Sem motoristas, os educandos perdem a escola; sem zeladores não se tem acesso a ambientes organizados e higienizados; sem secretárias não teremos quem possa ajudar nas ocorrências diárias; sem merendeiras não será dada a oportunidade de educando manterem uma boa alimentação, que, muitas vezes, em seus lares não é oferecida. Todos são importantes e é preciso criar um coletivo que torne a escola um espaço e tempo de acolhimento e compartilhamento de todos. A ação de cada profissional transcende sua função específica, pois a convivência humanizadora depende de todas e todos. A escola precisa dar visibilidade a todos os indivíduos que a constituem, especialmente às mulheres que são predominantes nas escolas de educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Não podemos falar de revolução feminina se não incluirmos todos no processo de construção de uma educação feminista. Quem atua na escola precisa ser, de alguma forma, uma educadora e um educador feminista.

Relativamente a questão da mulher, geralmente as escolas têm mantido atividades que envolvem as mulheres em dois momentos: no dia da mulher e no dia das mães. O que se constata nessas datas é a predominância de atividades que reforçam a subserviência da mulher. Como exemplo podemos mencionar os mimos que são oferecidos para as mulheres nessas datas: são mimos relacionados à estética feminina, como cremes, esmaltes e até lixa de unha. A pergunta que precisa ser feita é: qual a concepção de mulher e de feminismo que se revela em tal prática? Entendemos que enquanto comunidade escolar, é necessário olhar com criticidade as práticas concretas que realizamos. A escola precisa urgentemente desenvolver outras formas de tratar as questões relacionadas ao feminismo e à condição da mulher. Assim como trabalhamos o setembro amarelo e o combate ao bullying, é preciso trabalhar o agosto lilás, que visibiliza a luta para o fim da agressão contra as mulheres. Ao invés de práticas alienadoras, é preciso realizar atividades coletivas que promovam debates sobre a condição das mulheres e meninas, sobre o cuidado com a mente e o corpo, sobre o feminicídio e a violência, no que tange ao estupro e à agressão sexual, sobre o abandono das mulheres pelo poder público, sobre os direitos das mulheres à reparação e à justiça social. A necessidade da criação de grupos de apoio às crianças e às mulheres é mais urgente do que se possa imaginar. Tratar da saúde mental feminina vai além de conversas sobre praticar yoga, participar de cultos ou desenvolver atividades de relaxamento em algum ambiente apropriado. É preciso conhecer e conversar sobre as tarefas diárias das mulheres e seus sofrimentos e suas dificuldades. É necessário romper com a mente machista que as habita e impede sua libertação.

A criança precisa ser desafiada a perceber o quanto a mulher é, geralmente, a principal responsável pelo seu cuidado (mãe, vovó, tia, dinda, madrastra, tata) e o quanto a mulher precisa fazer para dela cuidar. É importante a criança começar a perceber que as mulheres que cuidam dela também adoecem, sentem dores, sofrem, ficam tristes e choram. Lembrar que o cuidado do lar é de todos, e não somente da mãe ou de uma outra mulher.

A questão feminista não é um tema exclusivo da educação e da escola. Ela é um desafio para o contexto social e para o campo da economia, do mercado, da política. Ele deve envolver, inclusive, o mundo das empresas e sua funcionalidade e organização. Sabe-se que existem algumas iniciativas empresariais que se voltam a questão do feminismo. No entanto, tal iniciativa é voltada, muitas vezes, para intensificar a exploração das mulheres. Muitas empresas ressaltam o protagonismo feminino, incentivando as mulheres para a competição e a concorrência em diferentes setores, mas nem sempre esse incentivo implica em uma melhor remuneração e no reconhecimento efetivo da competência feminina. São empresas que mantêm a desvalorização salarial das mulheres e o etarismo. O poder efetivo de decisão tem permanecido nas mãos de homens. As funções femininas são secundarizadas quando se trata de gerenciamento e do comando do poder da empresa. Essa visão de faz presente também no gerenciamento da educação, do sistema de ensino e da escola.

Sabemos que muitas mulheres passam por inúmeras situações constrangedoras diariamente em diferentes contextos de trabalho: assédios, agressões, violências de toda ordem, preconceitos e humilhações. As instituições, sejam elas empresas ou escolas, continuam sendo dirigidas por visões autoritárias e machistas que impedem ou limitam a ação emancipadora das mulheres e o avanço do feminismo. O enfrentamento da estrutura de poder instituído é, portanto, um dos principais desafios de uma educação feminista.

4.4 Docência e feminismo: educação, cuidado e afetividade

A docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental tem sido exercida prioritariamente por mulheres. Tal predominância é decorrente de uma visão que tornou a educação uma atividade secundarizada em valor e importância e, em consequência, exercida por pessoas exploradas econômica e socialmente, no caso, as mulheres.

Concordamos que a atividade de docência envolve dimensões importantes do que se considera como atributos do agir feminino: cuidado, acolhimento, afeto, amorosidade. O que é preciso considerar é que as práticas femininas na docência não são determinadas, na maioria

das vezes, por esse proceder feminino, mas por atitudes que traduzem muito mais modos de ser e de agir patriarcais e autoritários, do que pelos atributos considerados próprios das mulheres.

A docência exige, porém, que tanto homens quanto mulheres ou pessoas de diferentes gêneros, devem interagir amorosamente com seus alunos, privilegiando relacionamentos definidos como “mais humano e afetuoso”. É preciso se dedicar emocional e pedagogicamente aos alunos com os quais atuam e retribuir, de alguma forma, o seu empenho e sua dedicação na formação escolar. Podemos dizer que a análise do exercício da docência, com base nas relações de gênero, mostra a necessidade de sua feminização, à medida em que comportamentos comumente atribuídos às mulheres sejam acionados por professores e professoras, mormente quando se trata de crianças da educação infantil e alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental. A feminização docente é um desafio que confronta a visão da cultura machista que se sustenta na separação tradicional entre masculino/feminino, público/privado, racional/afetivo.

Contudo, é preciso considerar que o exercício da docência ainda está marcado pelas polarizações contidas na visão hegemônica da masculinidade. A predominância de mulheres no magistério não tem repercutido na mudança das práticas pedagógicas e na superação da visão machista na educação. As práticas autoritárias, cuja expressão mais cabal pode ser identificada nas propostas das “escolas cívico-militares”, apontam essa tendência. São recorrentes as propostas que insistem na ideia do autoritarismo, da rigidez e da imposição de formas padrões de ser, pensar e agir.

No entanto, não podemos desconsiderar e desconhecer os avanços que a lutas feministas, acompanhadas de muitas outras, têm promovido na educação. A sensibilidade pedagógica originária da feminilidade não pode ser um atributo exclusivo da ação educadora de mulheres, mas de todo o educador, indiferente à condição de gênero que o define. Ou seja, ainda há educadores dispostos a desenvolver a temática no seu cotidiano escolar, proporcionando momento de reflexão e discussão em torno da mesma.

Uma proposição muito interessante sobre uma mudança nas relações de gênero na educação é apresentada por Connel (2016), ao relatar a necessidade de se instaurar um processo relacional de gênero capaz de romper com a dicotomia entre gêneros a partir de estudos empíricos e práticas coletivas de reeducação. A autora australiana demonstra em seus escritos, a partir de experiências realizadas com pessoas de diferentes gêneros, que os indivíduos transformam e/ou reatualizam a ordem de gênero vigente. Por isso, a autora propõe pensar a corporificação do gênero não apenas em uma escala local, mas também em uma escala global.

No processo de coletivização do enfrentamento das questões feministas e de gênero todos estão sendo desafiados a se envolverem. No caso específico da escola, meninos e meninas, professores e professoras, pais e mães, gestores e gestoras, servidores e servidoras, pessoas de diferentes gêneros e de diversos contextos precisam ser desafiadas a se envolverem coma construção de uma nova concepção sobre gênero, sexualidade, convivência e afetividade. Um desafio a ser enfrentado é o envolvimento dos meninos e dos homens no tratamento de questões que envolvem gênero, especialmente a sua postura diante do gênero feminino. Esse problema aparece em diversos debates e análises que tratam da educação contemporânea. A constatação é que as pessoas do gênero masculino têm muito medo e sofrem quando são desafiadas a refletir e falar sobre questões de gênero e de relações afetivas. Connel relata na obra acima citada que mesmo havendo todo um esforço de parte do poder público de criar um ambiente de “neutralidade” relativamente à questão de gênero no trabalho, os homens se sentem ameaçados ou incomodados com a presença feminina, principalmente quando elas chegavam aos cargos de chefia. Em suas manifestações, porém, afirmavam que não havia discriminação de gênero e consideravam a mulher como alguém igual. A autora destaca na sequência de sua análise, o custo que a incorporação da postura patriarcal e machista cobra do próprio homem. O seu sucesso depende da dedicação extrema à empresa e ao trabalho e a renúncia da vida social e familiar. O ideário da competitividade, intensificada no neoliberalismo, impede de ele ter uma vida social e manter uma convivência com a esposa e os filhos. Para se tornar insensível ao sofrimento que este modo de vida traz, ele é educado desde cedo à solidão, ao egocentrismo e ao sofrimento solitário. No entender de Connel, essa é apenas uma faceta da forma como uma ordem de gênero patriarcal e profundamente machista atinge os homens. A autora destaca que a forma como os homens são socializados quando crianças também é repleta de violências. Ser viril, insensível, corajoso, não chorar, saber sofrer sem sentir dor, ser másculo e violento, ter a capacidade de viver só, são alguns comportamentos que a educação machista e patriarcal tenta impqor aos meninos.

O avanço do feminismo e as iniciativas de muitas meninas e mulheres na educação e nas escolas tem sido motivo de preocupação e de angustia de meninos, especialmente diante dos questionamentos sobre a condição de ser do menino e de ser homem, considerando as questões trazidas pelo movimento. Por isso, o feminismo tem como desafio o enfrentamento da educação do menino no atual contexto do avanço dos debates sobre questões de gênero. Não po acaso muitos pais e professores entram em crise diante do desafio que está surgindo.

Sobre tal desafio, a análise de Lorde (2020, p. 39) é muito iluminadora. Escreve a pensadora americana:

[...] esperava-se que os sentimentos se submetessem ao pensamento assim como era esperado das mulheres que se submetessem aos homens. Mas as mulheres sobreviveram. Como poetas. E não existem novas dores. Já as sentimos antes. E escondemos esse fato no mesmo lugar onde temos escondido nosso poder. As dores emergem dos nossos sonhos, e são os nossos sonhos que apontam o caminho para a liberdade. Aqueles sonhos que se tornam realizáveis por meio dos nossos poemas, que nos dão a força e a coragem para ver, sentir, falar e ousar.

A amorosidade, a boniteza, os sonhos e a coragem de resistência da mulher e de pessoas de outros gêneros ao machismo e ao patriarcado, são referências importantes na ação docente e na prática pedagógica cotidiana. É um atributo de caráter ético e pedagógico que a luta feminista tem conseguido manter, apesar da dor, do sofrimento e da opressão. Produzir o bem implica em produzir o acolhimento do outro enquanto ele mesmo, seja qual for sua identidade sexual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos nessa dissertação defender a ideia de uma pedagogia feminista como indutora de um novo projeto pedagógico a ser construído para subverter a posição desigual e subordinada das mulheres e pessoas de diferentes gêneros no espaço escolar e na própria sociedade. Para atingir tal finalidade, entendemos que se torna necessário propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que contribuam para romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aula e no contexto da escolar. A voz unilateral do/a professor/a tradicional, fonte da autoridade e transmissora única do conhecimento legítimo, precisa ser substituída por múltiplas vozes, ou melhor, ser substituída pelo diálogo, no qual todos/as são igualmente falantes e ouvintes, todos/as são capazes de expressar seus saberes, ou seja, essa mudança de paradigma não elimina a importância decisiva de professores e professoras, cuja responsabilidade em termos formativos precisa ser constantemente reafirmada e solidificada.

A hipótese que tem orientado essa dissertação é que a implantação de uma pedagogia feminista passa, necessariamente, pela transformação das visões de mundo centradas no machismo e na cultura patriarcal. A mudança precisa iniciar pela reconstrução de nossas próprias concepções e pelo esclarecimento de como o processo da subserviência se constitui em nossas famílias, comunidades e instituições. Por isso, iniciei a minha reflexão sobre o feminismo analisando minha própria experiência formativa, detalhando sobre o quanto questões de gênero sempre estiveram presentes em minha vida, desde a infância, tanto na educação infantil quanto na graduação e pós-graduação. Como procurei analisar as marcas da presença do feminismo não revelam somente aspectos críticos e transformadores, mas mecanismo que tem procurado me enquadrar em padrões tradicionais, antifeministas e subservientes, que mantêm a exploração das mulheres e de indivíduos que não se enquadram ao domínio masculino. A reconstrução, ainda que breve, do contexto histórico e de alguns movimentos históricos, nos traz importantes informações sobre as diferentes ondas e vertentes que promoveram significativas mudanças no contexto das lutas feministas no Brasil e em diferentes contextos. O que podemos identificar como fator importante de tais lutas, é a necessidade da ruptura das visões tradicionais que alimentam a subserviência da mulher e sua exploração econômica, cultural e política. Para tanto, é preciso ampliar a luta, fazendo dela uma causa não somente das mulheres, mas de todos os gêneros, de ambos os indivíduos. Para isso, cabe um papel fundamental à educação escolar.

A educação, de modo especial a escolar, além de combater estereótipos de gênero e desconstruir padrões discriminatórios, deve ser um espaço seguro e inclusivo para meninas e

meninos. É fundamental que o respeito e a equidade de gênero sejam promovidos desde cedo incentivando uma cultura de igualdade e prevenindo a violência baseada em gênero.

Na fundamentação dessa luta e na sua transformação em uma prática pedagógica libertadora, me socorri de uma das escritoras mais inspiradoras no embate contra a desigualdade de gênero e discriminação racial, Bell Hooks, especialmente por duas das suas obras: “Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade” e “O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras”, que são as ideias pedagógicas centrais do projeto pedagógico aqui desenvolvido. No entanto, como sabemos, Bell Hooks se amparou e se confrontou com uma das mais importantes autoridades pedagógicas de toda história da educação: Paulo Freire. Na escolha dessas duas referências, não desconsiderei outras importantes contribuições, mas procurei ressaltar a eficácia de uma pedagogia centrada no diálogo e na luta de todos os oprimidos, sendo esta, no meu entender, a grande tarefa pedagógica de uma educação libertadora.

A proposta que apresento é da necessidade do enfrentamento dos desafios encontrados na escola para que possamos trabalhar sobre o feminismo e o empoderamento de todas as pessoas, indiferente da sua condição social e de gênero. Sendo assim, analisei minha própria caminhada e reconstruí brevemente o histórico de lutas iniciais de mulheres que resultaram nas primeiras conquistas feministas e sua transformação nas batalhas de diferentes gêneros do momento. Como podemos perceber, os desafios ainda continuam grandes e atingem inúmeros grupos e indivíduos. No contexto escolar, o desafio, considerando o papel de incluir e formar indivíduos solidários e justos, é ainda muito maior. A função escolar de desenvolver uma nova cultura se defronta com inúmeras resistências internas e externas, especialmente quando se trata de enfrentar as pautas que envolvem costumes e valores tradicionais. A proposição é do desenvolvimento de uma prática pedagógica crítica da questão do feminismo, realizado pela reconstrução de aspectos históricos e de experiências que contribuam para a realização de uma educação equânime entre gêneros. Para tanto, sugere-se a exploração dos mais diferentes recursos, como contos, histórias, análise de situações, filmes, documentários, literaturas diversas, dados estatísticos, legislação e outros recursos.

As resistências que surgem na sociedade são muitas, como por exemplo os movimentos antifeministas coordenados por mulheres de direita, que acreditam que não precisam ressaltar a luta feminista. Há movimentos em andamento que procuram desfazer e questionar as lutas de gênero, acusando os seus proponentes como agentes do mal e defensores de ideologias que se voltam contra os valores tradicionais. São produções que vão de criação de narrativas tendenciosas, argumentações pseudocientíficas, leituras distorcidas e parciais de fatos

históricos, realizadas com um qualificado aparato tecnológico e por comunicadores influentes que buscam desqualificar os objetivos e questionar os reais motivos que tem promovido as lutas feministas e de outros grupos.

As tentativas de desmobilização são muitas e diversificadas. Produção do medo, ameaças, violências de toda ordem, desqualificação intelectual e moral, utilização de visões teológicas e religiosas conservadoras e tradicionais, cultura do ódio são algumas práticas comuns alimentadas contra as lutas feministas.

Mesmo diante de tantas resistências e preconceitos, não podemos deixar com que as escolas se fechem para a temática feminista. Feminismo, gênero e identidade são temáticas a serem tratadas em todas as instâncias da educação escolar, envolvendo educandos, educadores, gestores, setores administrativos, pais, responsáveis e a comunidade em que a escola se situa. Desse modo, a iniciativa dos docentes é indispensável. Ao abordar o tema do feminismo, teremos crianças e adolescentes desenvolvendo um novo modo de pensar e agir, tornando-os indivíduos mais humanos e mais solidários.

A reflexão sobre a identidade docente, integrada à perspectiva do feminismo e do acolhimento, como também a cultura do respeito a todos os gêneros, pode possibilitar a mediação entre diferentes práticas pedagógicas e buscar esclarecer as tensões que necessariamente decorrem de uma sociedade diversificada e com grandes singularidades ideológicas. O feminismo, assim como os temas que envolvem gênero e suas manifestações, não deve ser um problema a ser excluído da escola, mas um tema a ser tratado com responsabilidade e respeito, como uma importante contribuição no desenvolvimento de uma educação mais justa e humanizadora.

A nossa proposição não dispensa, por isso, a necessidade de que se avance nas políticas educacionais voltadas ao enfoque do feminismo e questões de gênero na Educação Básica, notadamente na formação de professores. Entendemos, porém, que o desenvolvimento de ações concretas requer um sistema de acompanhamento e avaliação, assim como estudos teóricos e pesquisas empíricas que possam contribuir para a fundamentação dos programas educacionais voltados para a redução das desigualdades de gênero, raça, classe ou de qualquer outra natureza.

A formação docente é uma das múltiplas searas nas quais poderemos adquirir mecanismos de superação quanto a algumas ideias preconcebidas e construir novos conhecimentos e práticas sobre a existência humana. Todavia, uma revisão curricular deve envolver todos, sobretudo as universidades responsáveis pela formação docente. Precisamos enfrentar as políticas que têm tornado a formação de professor em processos precários, rápidos e predominantemente virtuais. A qualidade da educação depende de práticas sociais

movimentos coletivos que envolvam todos em um processo de transformação social. A luta por uma educação feminista exige tal interação concreta, cotidiana, envolvendo a presencialidade da vida cotidiana na escola e no contexto em que ela se situa. Mas exige, também, o encantamento pela vida, pela arte, pela poesia. Como afirma Lorde (2020, p. 49), em nossas lutas, “nunca se deve renunciar à poesia. [...] nossos poemas articulam as implicações de nós mesmas, o que sentimos internamente e ousamos trazer à realidade”.

Por fim, cabe destacar a necessidade de investigações sobre as temáticas mencionadas e a realização de estudos acerca dos diferentes marcadores sociais. Além disso, é preciso promover investigações que promovam a sistematizações de práticas pedagógicas da docência e a inserção de disciplinas críticas e inovadoras na formação dos profissionais da educação. Nos cursos de Pedagogia, tal necessidade é ainda mais urgente, tanto no tratamento das questões de feminismo, de gênero, dos desafios étnico-raciais, da justiça social e dos direitos humanos, como das questões que envolvem a denúncia do patriarcado que ainda permanece produzindo violência contra a mulher e contra pessoas de diferentes gêneros. Em educação, é preciso transformar o silêncio em linguagem em ação, pois como afirma, Lorde (2020, p. 42): Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. O feminismo e suas lutas precisam enfrentar o medo que impede a superação da discriminação e da violência. Afinal, o que impede a luta da transformação de qualquer realidade opressiva não é a vulnerabilidade, mas o silêncio.

REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Editora Schwarcz SA, 2017.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v. 31, n. 1997, p. 5-13, 2000.
- ARRUDA, Ingrid Evelin Neri de. O feminismo e a questão de gênero na Índia: o processo de empoderamento da mulher indiana. **Portal de Trabalhos Acadêmicos**, Fortaleza, v. 12, n. 2, 2022.
- BARBOSA, Manuel Gonçalves; MÜHL, Eldon Henrique. Educação, empoderamento e lutas pelo reconhecimento: a questão dos direitos de cidadania. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 789-802, jul./set., 2016.
- BARRANCOS, Dora. **História dos feminismos na América Latina**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. v. 2.
- BORTOLINI, Bruna de Oliveira; DETONI, Priscila Pavan; KETZER Patricia. **Travessias feministas: diálogos sobre gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL DE FATO. **5 anos do impeachment: entenda o papel do machismo no processo contra Dilma Rousseff**. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contradilma-rousseff>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL DE FATO. **Mulheres ganham 19,4% a menos que homens para exercer funções semelhantes, aponta governo federal**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/25/mulheres-ganham-19-4-a-menos-que-homens-para-exercer-funcoes-semelhantes-aponta-governo-federal>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais>

tempo-em-tarefasdomesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 01 junho de 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher - RASEAM**. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relatório de transparência salarial**. Brasília: PDET, 2024. Disponível em: <https://99app.com/transparenciasalarial/#:~:text=O%201%C2%BA%20Relat%C3%B3rio%20Nacional%20de,acompanhados%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20estat%C3%ADsticas%20sobre>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: SEPM, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SEPM, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 13.104 (Lei Maria da Penha)**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/584916/publicacao/15633553>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa nacional de violência contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 557, de 2020**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/159122>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini; SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n 1, p. 101-122, 2021.

CEERT. **Sobre o projeto educar**. 2024. Disponível em: <https://restory.ceert.org.br/premio-educar>. Acesso em: 30 out. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELES, Bruna Vieira. **Contos de fadas feministas**: uma proposta de categorização das princesas da Disney. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

EBIOGRAFIA. **Bell Hooks**: intelectual e ativista norte-americana. 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/bell_hooks/. Acesso em: 23 fev. 2024.

ESPORTE CLUBE PINHEIROS. **Principais lutas e conquistas das mulheres ao longo da História**. 2020. Disponível em: <https://www.ecp.org.br/principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FACIO, Mônica Juliana; GEVEHR, Daniel Luciano; JUNG, Carlos Fernando. Educação e feminismo: construindo novas subjetivações, uma revisão de literatura. **Debates em educação**, Maceió, v. 12, n. 2, p. 98-113, 2020.

FRASER, Nancy. **Destinos do feminismo**: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2024.

FREIDAN, Betty. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; Tia, não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1993.

FREITAS, Lúcia Gonçalves de; SILVA, Laryssa da Costa e. Pedagogia feminista: o que é, quem pratica? *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5, 2019, Pirenópolis. **Anais [...]**. Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2019, p. 1-10.

GEVEHR, Daniel Luciano; FACIO, Mônica Juliana; JUNG, Carlos Fernando. Educação e Feminismo: construindo novas subjetivações, uma revisão de literatura. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. Especial 2, p. 98-113, 2020.

GLOBO, Jornal. **A luta feminista dentro das escolas**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i7Odv-QN43I>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GODINHO, Eliane; SILVA, Márcia Alves da. A construção de uma pedagogia feminista latinoamericana na perspectiva da educação popular. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. 2006. Disponível em <https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalIsPol.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo; Produções e Empreendimentos Culturais Ltda, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, Aline Galvão. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 36, p. 281-284, 2010.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 11, p. 31-46, nov., 1994.

LOURO, Guacira Lopes; PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 443-481.

MARIZ, Silviana Fernandes. Paulo Freire, Bell Hooks e a construção de uma pedagogia feminista crítica. **Olhares - Revista do Departamento de Educação**, Guarulhos, v. 9, n. 3, p. 51-74, 2021.

MONTENEGRO, Sandra; PINTO, Suênia. **Pedagogia Feminista: o caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MOURA, Neide Cardoso de. O que velam e revelam as ilustrações dos livros didáticos do PNL2013 para a Educação do Campo: um olhar de gênero. *In*: VIANNA, Cláudia Pereira; CARVALHO, Marília Pinto de. **Gênero e Educação: 20 anos construindo conhecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 103-118.

OLIVEIRA, Francielly de Lima; MOURA, Neide Cardoso de; PEREIRA, Fábio H. Relações de gênero em livros didáticos indicados ao PNL2022 Educação Infantil, **Visualidades**, Goiânia, v. 21, p. 1-27, 2023.

ONU. Assembléia Geral. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984, entrou em vigor em nosso país em 02.03.1984. Em 22.06.1994 foi ratificada, sem reservas. Texto publicado no Diário do Congresso Nacional em 23.06.1994. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

PASSONI, Sara Abreu. **Pedagogia feminista como um caminho para o combate ao sexismo com a educação**. 2021. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

POLITIZE. **Vertentes do feminismo: conheça as principais ondas e correntes!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/feminismo/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

REIF, Laura. **Radical, liberal, interseccional...** conheças as principais vertentes do feminismo. 2024. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo>. Acesso em: 16 jul. 2023.

RITT, Caroline Fockink. A conquista da educação pelas mulheres na história do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. **Revista do Curso de Direito**, Caxias do Sul, v. 12, p. 41-54, 2012.

SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; SOUSA, Mirtes Aparecida Almeida. Um olhar sobre a docência feminina e a diversidade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 3, 2018, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2018. p. 1-10.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; TEIXEIRA, Alexnaldo; VANIN, Iole Macedo (Orgs.). **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011, p. 17-32.

SCAVONE, Lucila. Religiões, gênero e feminismo. **Revista de Estudos de Religião**, São Paulo, n. 4, p.1-8, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71- 99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SCOTT, Parry (Org.). **Educação, feminismo e o Estado no Brasil**. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, Cassandra Rúbia Marques da; BASTOS, Luciene Maria. Representações femininas e as lutas pela emancipação por meio da educação e da escrita. **Revista Filosofia e Educação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1891-1916, 2021.

SILVA, Larissa Hortência Moreira da; MÜHL, Eldon Henrique. **Feminismo e educação: desafios da pedagogia na construção de uma formação mais equânime**. 2020. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

SILVA, Thaís Teixeira da; PRESTES, Liliane Madruga. **A emergência das mulheres na ação comunitária: narrativas, feminismos e direitos humanos**. Porto Alegre: IFRS, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. As relações de gênero e a pedagogia feminista. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução das teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 91-97.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris-RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SOARES, Alexandre Gomes. Mapeamento de teses e dissertações sobre gênero, diversidade sexual e formação inicial docente no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 19, p. 1-26, jun., 2019.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In*: YANNOULAS, Sílvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago., 2012.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VIEIRA, Claudia Vanderleia Gireli; GUILHERME, Rosilaine Coradini. Precarização do trabalho na sociedade capitalista: um resgate histórico e conceitual. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 2, n. 1, p. 57-72, jan./fev., 2020.

VIELMO, Paula. Pedagogia feminista e o legado de Paulo Freire: contribuições para uma educação como prática da Liberdade. **Universidade e Sociedade**, a. 30, n. 66, p. 308-321, jul. 2020. Disponível em: https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade. Acesso em: 30 março 2024.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Gênero em termos reais (Resenha). **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 30, n. 1, p. 345-34, jan./jun., 2017.